

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM <b>02101-6</b>	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL <b>ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.</b>	3 - CNPJ <b>08.807.432/0001-10</b>
4 - NIRE <b>3330028205-0</b>		

**01.02 - SEDE**

1 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Emb. Abelardo Bueno, 199 - 6º andar		2 - BAIRRO OU DISTRITO Barra da Tijuca	
3 - CEP 22775-040	4 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro		5 - UF RJ
6 - DDD 21	7 - TELEFONE 3311-9700	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 21	12 - FAX 3311-9722	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL ri@estacioparticipacoes.com			

**01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)**

1 - NOME Eduardo Alcalay			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Avenida Abelardo Bueno, 199 - 6º andar		3 - BAIRRO OU DISTRITO Barra da Tijuca	
4 - CEP 22775-040	5 - MUNICÍPIO Rio de Janeiro		6 - UF RJ
7 - DDD 21	8 - TELEFONE 3311-9700	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
11 - TELEX			
12 - DDD 21	13 - FAX 3311-9722	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL ri@estacioparticipacoes.com			

**01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR**

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	1	01/01/2010	31/03/2010	4	01/10/2009	31/12/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Ernst & Young Auditores Independentes S.S					10 - CÓDIGO CVM 00471-5		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Fernando Alberto S. de Magalhaes					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 054.835.508-89		

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

**01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2009
<b>Do Capital Integralizado</b>			
1 - Ordinárias	78.617	78.585	78.585
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	78.617	78.585	78.585
<b>Em Tesouraria</b>			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

**01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA**

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3380 - Emp. Adm. Part. - Educação
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Participação em outras sociedades.
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

**01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

**01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE**

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

**01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO**

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

**01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

1 - DATA 11/10/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

**08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	722.792	686.318
1.01	Ativo Circulante	381.476	350.483
1.01.01	Disponibilidades	224.503	201.033
1.01.01.01	Disponibilidade e Valores Equivalentes	85.486	51.303
1.01.01.02	Investimentos de Curto Prazo	139.017	149.730
1.01.02	Créditos	119.798	130.299
1.01.02.01	Clientes	114.394	117.982
1.01.02.02	Créditos Diversos	5.404	12.317
1.01.02.02.01	Partes Relacionadas	331	205
1.01.02.02.02	Adiantamentos a Funcionários/Terceiros	4.198	11.201
1.01.02.02.03	Contas a Compensar - Sistema FIES	875	911
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	37.175	19.151
1.02	Ativo Não Circulante	341.316	335.835
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	30.938	25.933
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	2.772	2.676
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	2.772	2.676
1.02.01.03	Outros	28.166	23.257
1.02.02	Ativo Permanente	310.378	309.902
1.02.02.01	Investimentos	228	228
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	228	228
1.02.02.02	Imobilizado	191.883	192.019
1.02.02.03	Intangível	118.267	117.655

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	722.792	686.318
2.01	Passivo Circulante	173.529	163.143
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.238	4.721
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	17.278	17.624
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	14.477	15.994
2.01.05	Dividendos a Pagar	30.533	30.533
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	107.003	94.271
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	74.760	59.128
2.01.08.02	Mensalidades Recebidas Antecipadamente	26.388	30.258
2.01.08.03	Outros	5.855	4.885
2.02	Passivo Não Circulante	70.492	71.742
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	70.492	71.742
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	179	849
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	32.967	33.274
2.02.01.03.01	Provisões para Contingências	32.967	33.274
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	37.346	37.619
2.02.01.06.01	Parcelamento de Tributos	1.753	1.778
2.02.01.06.02	Adiantamento de Convênio	22.915	23.573
2.02.01.06.03	Obrigações com desmobilização de Ativos	12.595	12.265
2.02.01.06.04	Outros	83	3
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	478.771	451.433
2.05.01	Capital Social Realizado	295.769	295.237
2.05.02	Reservas de Capital	101.786	100.398
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	56.098	56.098
2.05.04.01	Legal	6.238	6.238
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	49.860	49.860
2.05.04.05.01	Retenção de Lucros	49.860	56.468

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

**08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)**

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2010	4 -31/12/2009
2.05.04.05.02	Ajustes de Adoção de Novas Práticas	0	(6.608)
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(320)	(300)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(320)	(300)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	25.438	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	78.617	78.617	78.585	78.585
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,32357	0,32357	0,37464	0,37464
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2010 a 31/03/2010	4 - 01/01/2010 a 31/03/2009	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	31.971	31.971	58.329	58.329
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	39.209	39.209	48.170	48.170
4.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Período	25.438	25.438	29.441	29.441
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	7.385	7.385	9.910	9.910
4.01.01.03	Valor Residual Baixado do Imobilizado	0	0	3	3
4.01.01.04	Amortização de Agio	0	0	0	0
4.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	5.046	5.046	6.237	6.237
4.01.01.06	Opções Outorgadas	1.388	1.388	1.153	1.153
4.01.01.07	Provisão para Contingência	55	55	1.426	1.426
4.01.01.08	Jrs. S/ Empréstimos a Soc. Controladas	(103)	(103)	0	0
4.01.01.09	Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(7.238)	(7.238)	10.159	10.159
4.01.02.01	Aumento em Contas a Receber	(5.005)	(5.005)	(10.764)	(10.764)
4.01.02.02	Aumento em Outros Ativos	(7.446)	(7.446)	6.694	6.694
4.01.02.03	Aumento em Fornecedores	(346)	(346)	844	844
4.01.02.04	Aumento em Obrig. Tributárias	(1.453)	(1.453)	(6.592)	(6.592)
4.01.02.05	Aumento em Salário e Encargos Sociais	15.632	15.632	17.150	17.150
4.01.02.06	Aumento Mensalidades rec Antecipadamente	(3.870)	(3.870)	6.454	6.454
4.01.02.07	Aumento Prov. para Contingência	(2.930)	(2.930)	(1.484)	(1.484)
4.01.02.08	Aumento em Outros Passivos	961	961	(1.186)	(1.186)
4.01.02.09	Aumento Adiantamento Convênios	(658)	(658)	(722)	(722)
4.01.02.10	Aumento Ativo não circulante	(2.326)	(2.326)	(233)	(233)
4.01.02.11	Aumento Contas a Receber (Partes.Relac.)	(127)	(127)	(2)	(2)
4.01.02.13	Obrigações com desmobilização de Ativos	330	330	0	0
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.853	2.853	(46.867)	(46.867)
4.02.01	Aplicação Financeira	10.713	10.713	(40.270)	(40.270)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2010 a 31/03/2010	4 -01/01/2010 a 31/03/2010	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
4.02.03	Imobilizado	(5.689)	(5.689)	(4.355)	(4.355)
4.02.04	Intangível - Outros	(1.841)	(1.841)	(2.242)	(2.242)
4.02.05	Custos líquido com desmobilização	(330)	(330)	0	0
4.02.06	Var. Cambial de Investimento no Exterior	0	0	0	0
4.02.07	Investimentos em empresas controladas	0	0	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(621)	(621)	(1.842)	(1.842)
4.03.01	Aumento de Capital	532	532	0	0
4.03.02	Dividendos Distribuidos	0	0	0	0
4.03.03	Ajustes de Adoção de Novas Práticas	0	0	0	0
4.03.04	Pagto de Empréstimos e Financiamentos	(1.153)	(1.153)	(1.842)	(1.842)
4.03.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0
4.03.06	Aquisição de empréstimos	0	0	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	(20)	(20)	(173)	(173)
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	34.183	34.183	9.447	9.447
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	51.303	51.303	38.130	38.130
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	85.486	85.486	47.577	47.577

Data-Base - 31/03/2010

IFRS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - PARTICIPAÇÃO TOTAL DOS CONTROLADORES	10 - PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	11 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	295.237	100.398	0	62.706	0	(300)	458.041	0	458.041
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	(6.608)	0	0	(6.608)	0	(6.608)
5.02.01	Mudanças em políticas contábeis	0	0	0	(6.608)	0	0	(6.608)	0	(6.608)
5.03	Saldo Ajustado	295.237	100.398	0	56.098	0	(300)	451.433	0	451.433
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	25.438	0	25.438	0	25.438
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(20)	(20)	0	(20)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(20)	(20)	0	(20)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	532	0	0	0	0	0	532	0	532
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	1.388	0	0	0	0	1.388	0	1.388
5.09.01	Opções Outorgadas	0	1.388	0	0	0	0	1.388	0	1.388
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	295.769	101.786	0	56.098	25.438	(320)	478.771	0	478.771

Data-Base - 31/03/2010

IFRS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - PARTICIPAÇÃO TOTAL DOS CONTROLADORES	10 - PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	11 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	295.237	100.398	0	62.706	0	(300)	458.041	0	458.041
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	(6.608)	0	0	(6.608)	0	(6.608)
5.02.01	Mudanças em políticas contábeis	0	0	0	(6.608)	0	0	(6.608)	0	(6.608)
5.03	Saldo Ajustado	295.237	100.398	0	56.098	0	(300)	451.433	0	451.433
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	25.438	0	25.438	0	25.438
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(20)	(20)	0	(20)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(20)	(20)	0	(20)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	532	0	0	0	0	0	532	0	532
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	1.388	0	0	0	0	1.388	0	1.388
5.09.01	Opções Outorgadas	0	1.388	0	0	0	0	1.388	0	1.388
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	295.769	101.786	0	56.098	25.438	(320)	478.771	0	478.771

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

## 1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil e no exterior.

## 2 Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais Consolidadas – ITR

As informações trimestrais da Companhia para os trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009 e para o exercício findo 31 de dezembro de 2009 incluem as informações trimestrais consolidadas da Companhia e de suas controladas.

As informações trimestrais consolidadas da Companhia foram preparadas em observância das Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as informações trimestrais do trimestre findo em 31 de março de 2010.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 10 de maio de 2010.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações financeiras interinas consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação na data do balanço é assim resumida:

	31/03/2010		31/12/2009	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA ("SESES")	100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior do Pará LTDA ("SESPA")	100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior do Ceará LTDA ("SESCE")	100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco LTDA ("SESPE")	100%		100%	
Sociedade Tecnopolitana da Bahia LTDA ("STB")	100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA ("IREP")	100%		100%	
Faculdade Radial de Curitiba Sociedade LTDA ("RADIAL")				
Sociedade Interlagos de Educação e Cultura LTDA ("FINTEC")		100%		100%
Instituto Euro-Latino-Americano de Cultura e Tecnologia LTDA (EUROPAN")		100%		100%
Faculdade Brasília de São Paulo LTDA ("Brasília")		100%		100%
União Cultural e Educacional Magister LTDA ("UNICEM")		100%		100%
Sociedad de Enseñanza Superior SA ("SESSA")	100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior de Sergipe LTDA ("SESSE")	100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior de Alagoas LTDA ("SESAL")	100%		100%	
Unidade Nacional de Educação e Cultura LTDA ("UNEC")	100%		100%	
Sociedade de Ensino Superior do Amapá LTDA ("SESAP")	100%		100%	
Maria Montessori Educação e Cultura LTDA ("Montessori")		100%		100%
Cultura e Educação de Cotia LTDA ("Cotia")				100%
Unidade de Ensino Superior Montessori de Ibiúna S/C ("Unissori")				100%

O período de abrangência das demonstrações contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

As subsidiárias são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das sociedades consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas.

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

### 3. Primeira adoção das novas práticas contábeis (IFRS)

A Companhia apresentava suas informações trimestrais individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.641/09 complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de normas da CVM até 31 de dezembro de 2008, as quais incluíam a adoção dos CPC nº 1 ao nº 14.

Conforme estabelecido no IFRS 1, os padrões internacionais e/ou as alterações nas práticas foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as informações trimestrais consolidadas do exercício ou período anterior, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas de acordo com esses novos padrões para fins de comparação.

#### a) Isenções à aplicação retrospectiva adotadas pela Companhia:

Na preparação dessas informações trimestrais consolidadas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva das novas práticas contábeis que descrevemos abaixo, seguindo as prerrogativas do IFRS 1 .

Isenções da aplicação retrospectiva:

- ✓ combinação de negócios - a Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.

As demais isenções constantes no IFRS 1, não se aplicam à Companhia em face dos motivos a seguir mencionados:

- ✓ benefício a empregados - a Companhia não patrocina planos de pensão e outros benefícios pós-emprego.
- ✓ Arrendamentos – a Companhia optou por revisar os contratos considerando os fatos e circunstâncias na data de transição. Não foram identificados impactos uma vez que as práticas adotadas anteriormente pela Companhia e os IFRS já estavam alinhados.

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

- ✓ Pagamento baseado em ações – o tratamento contábil das opções de ações concedidas pela Companhia em períodos anteriores não sofreram impactos, uma vez que as práticas adotadas anteriormente e os IFRS já estavam alinhados.
- ✓
- ✓ Ativos e passivos de controladas – a adoção inicial das novas práticas foi aplicada concomitantemente e de forma consistente em todas as controladas do Grupo.
- ✓ Instrumentos financeiros compostos – não há operações envolvendo esse tipo de instrumento financeiro.
- ✓ Passivos decorrentes de desativação incluídos no custo do ativo imobilizado – não houve mudanças específicas nos passivos decorrentes de desativação em data anterior a data de transição e até a data das demonstrações financeiras.
- ✓ Ativos financeiros e ativos intangíveis contabilizados de acordo com o IFRIC 12 - Contratos de concessão – a Companhia não possui contratos de concessão.
- ✓ Custo atribuído ao ativo imobilizado - a Companhia optou por não remensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado

Ao mesmo tempo em que o IFRS 1, prevê isenções voluntárias de ajuste também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, uma vez que a respectiva aplicação nessas áreas exigiria que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam:

- ✓ Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros: a Companhia não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros.
- ✓ Registro de operações de hedge: a Companhia não possuía qualquer operação classificada como hedge na data de transição.
- ✓ Mudanças nas estimativas: as estimativas adotadas na transição são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores.
- ✓ Operações descontinuadas: a Companhia não possuía qualquer operação descontinuada, na data de transição.

b) Comparação das demonstrações financeiras ajustadas às novas práticas contábeis e aquelas divulgadas originalmente

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em atendimento aos requerimentos de divulgação, a Companhia está apresentando abaixo uma breve descrição e os valores correspondentes no resultado e no patrimônio líquido referentes a esses efeitos:

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	31/3/2010	31/3/2009	31/3/2010	31/12/2009
Saldos antes dos efeitos das novas práticas contábeis	23.089	29.767	483.030	458.041
Depreciação – Redefinição de vida útil remanescente	2.768		2.768	
Depreciação – Provisão para desmobilização	(362)	(346)	(7.328)	(6.966)
Impostos diferidos	(57)	20	301	358
Saldos após dos efeitos das novas práticas contábeis	25.438	29.441	478.771	451.433

b.1) Reconciliação do balanço patrimonial consolidado da Companhia em 1º de janeiro de 2009 (“Data de Transição”)

	BRGAAP	Ajuste	IFRS
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	38.130		38.130
Títulos e valores mobiliários	164.077		164.077
Contas a receber	101.822		101.822
Contas a compensar - Sistema FIES	2.253		2.253
Adiantamentos a funcionários / terceiros	9.094		9.094
Partes relacionadas	176		176
Despesas antecipadas	2.913		2.913
Outros (ii)	14.454		14.454
	332.919		332.919
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Despesas antecipadas	2.983		2.983
Depósitos judiciais (iv)	749	9.977	10.726
Outros		252	252
	3.732	10.229	13.961
Investimentos			
Em controladas			
Outros	233		233
	233		233
Imobilizado (i)	190.738	6.482	197.220
Intangível	106.863		106.863

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

	297.834	6.482	304.316
Total do ativo não circulante	<u>301.566</u>	<u>16.711</u>	<u>318.277</u>
Total do ativo	<u><u>634.485</u></u>	<u><u>16.711</u></u>	<u><u>651.196</u></u>

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	<u>BRGAAP</u>	<u>Ajuste</u>	<u>IFRS</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	6.735		6.735
Fornecedores	24.396		24.396
Salários e encargos sociais	56.205		56.205
Obrigações tributárias	16.806		16.806
Mensalidades recebidas antecipadamente	29.147		29.147
Parcelamento de tributos	1.484		1.484
Dividendos a pagar	17.866		17.866
Compromissos a pagar	1.500		1.500
Outros	3.782		3.782
	<u>157.921</u>		<u>157.921</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Exigível a longo prazo</b>			
Empréstimos e financiamentos	4.838		4.838
Provisão para contingências (iv)	20.166	9.977	30.143
Adiantamento de convênio	26.460		26.460
Parcelamento de tributos	4.025		4.025
Provisão com obrigações desmobilização de Ativos (i)		12.065	12.065
	<u>55.489</u>	<u>22.042</u>	<u>77.531</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	295.237		295.237
Reservas de capital	96.482		96.482
Reservas de lucros (iii)	28.959	(5.331)	23.628
Ajustes de avaliação patrimonial	397		397
	<u>421.075</u>	<u>(5.331)</u>	<u>415.744</u>
	<u>634.485</u>	<u>16.711</u>	<u>651.196</u>

- (i) Registro da provisão para desmobilização. Em 1º de janeiro de 2009 a obrigação relacionada aos compromissos de desmobilização monta a R\$ 12.065. A contrapartida desta obrigação foi o ativo fixo onde foi registrada a provisão para desmobilização de R\$ 12.065 e a respectiva depreciação acumulada até 1º de janeiro de 2009 no montante de R\$ 5.583.
- (ii) Registro dos efeitos fiscais relacionados aos ajustes decorrentes da adoção de novas práticas contábeis. O efeito fiscal foi determinado com base na alíquota efetiva que a Administração espera ser aplicável à Companhia quando da realização das diferenças existentes entre as bases contábil e fiscal.
- (iii) Todos os ajustes relacionados a adoção de novas práticas, como descrito em (i), (ii) e (iv) acima tiveram como contrapartida as reservas de lucros.
- (iv) Os depósitos judiciais vinculados a processos provisionados passam a ser divulgados separadamente

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b.2) Reconciliação do balanço patrimonial consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2009

	<b>Consolidado</b>		
	31/12/2009 (originalmente emitida)	Ajuste	31/12/2009
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	51.303		51.303
Títulos e valores mobiliários	149.730		149.730
Contas a receber	117.982		117.982
Contas a compensar - Sistema FIES	911		911
Adiantamentos a funcionários / terceiros	11.201		11.201
Partes relacionadas	205		205
Despesas antecipadas	4.220		4.220
Outros	14.931		14.931
	<u>350.483</u>		<u>350.483</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Despesas antecipadas	2.195		2.195
Partes Relacionadas	2.676		2.676
Depósitos judiciais(iii)	2.314	18.389	20.703
Outros (ii)		359	359
	<u>7.185</u>	<u>18.748</u>	<u>25.933</u>
<b>Investimentos</b>			
<b>Em controladas</b>			
Outros	228		228
	<u>228</u>		<u>228</u>
<b>Imobilizado (i)</b>			
Intangível	186.721	5.298	192.019
	<u>117.655</u>		<u>117.655</u>
	<u>304.604</u>	<u>5.298</u>	<u>309.902</u>
Total do ativo não circulante	<u>311.789</u>	<u>24.046</u>	<u>335.835</u>
Total do ativo	<u>662.272</u>	<u>24.046</u>	<u>686.318</u>

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado		
	31/12/2009 (originalmente emitida)	Ajuste	31/12/2009
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	4.721		4.721
Fornecedores	17.624		17.624
Salários e encargos sociais	59.128		59.128
Obrigações tributárias	15.526		15.526
Mensalidades recebidas antecipadamente	30.258		30.258
Parcelamento de tributos	468		468
Dividendos a pagar	30.533		30.533
Compromissos a pagar	1.321		1.321
Outros	3.564		3.564
	<u>163.143</u>		<u>163.143</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Exigível a longo prazo</b>			
Empréstimos e financiamentos	849		849
Provisão para contingências(iii)	14.885	18.389	33.274
Adiantamento de convênio	23.573		23.573
Parcelamento de tributos	1.778		1.778
Provisão com obrigações desmobilização de Ativos (i)		12.265	12.265
Outros	3		3
	<u>41.088</u>	<u>30.654</u>	<u>71.742</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	295.237		295.237
Reservas de capital	100.398		100.398
Reservas de lucros (iv)	62.706	(6.608)	56.098
Ajustes de avaliação patrimonial	(300)		(300)
	<u>458.041</u>	<u>(6.608)</u>	<u>451.433</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>662.272</u>	<u>24.046</u>	<u>686.318</u>

- (i) Registro da provisão para desmobilização. Em 31 de dezembro de 2009 a obrigação relacionada aos compromissos de desmobilização monta a R\$ 12.265. A contrapartida desta obrigação foi o ativo fixo onde foi registrada a provisão para desmobilização de R\$ 12.265 e a respectiva depreciação acumulada até 1º de janeiro de 2009 no montante de R\$ 6.967.
- (ii) Registro dos efeitos fiscais relacionados aos ajustes decorrentes da adoção de novas práticas contábeis. O efeito fiscal foi determinado com base na alíquota efetiva que a Administração espera ser aplicável à Companhia quando da realização das diferenças existentes entre as bases contábil e fiscal.
- (iii) Os depósitos judiciais vinculados a processos provisionados passam a ser divulgados separadamente

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (iv) Todos os ajustes relacionados a adoção de novas práticas, como descrito em (i), (ii) e (iv) acima tiveram como contrapartida as reservas de lucros.

b.3) Reconciliação da demonstração de resultado consolidada da Companhia do trimestre findo em 31 de março de 2009

	BRGAAP	Ajuste	IFRS
<b>Receita bruta das atividades</b>			
Graduação	309.211		309.211
Politécnico	58.272		58.272
Especialização	9.023		9.023
Outras	3.960		3.960
	<u>380.466</u>		<u>380.466</u>
<b>Deduções da receita bruta</b>			
Gratuidades - bolsas de estudo	(97.885)		(97.885)
Devolução de mensalidades e taxas	(797)		(797)
Descontos concedidos	(5.913)		(5.913)
Impostos	(11.298)		(11.298)
	<u>(115.893)</u>		<u>(115.893)</u>
<b>Receita líquida das atividades</b>	264.573		264.573
<b>Custos diretos dos serviços prestados (i)</b>	<u>(176.319)</u>	<u>(211)</u>	<u>(176.530)</u>
<b>Lucro bruto</b>	<u>88.254</u>	<u>(211)</u>	<u>88.043</u>
<b>(Despesas) receitas das operacionais</b>			
Despesas Comerciais	(17.705)		(17.705)
Gerais e administrativas (i)	(43.795)	(135)	(43.930)
Receitas financeiras	9.007		9.007
Despesas financeiras	(5.358)		(5.358)
Outras receitas operacionais	1.276		1.276
Resultado das atividades não continuadas	3		3
	<u>(56.572)</u>	<u>(135)</u>	<u>(56.707)</u>
<b>Lucro operacional e antes da contribuição social e do imposto de renda</b>	31.682	(346)	31.336
Contribuição social (ii)	(509)	5	(504)
Imposto de renda (ii)	(1.406)	15	(1.391)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>29.767</u>	<u>(326)</u>	<u>29.441</u>

- (i) Representa a estimativa inicial de custo de desmontagem e remoção dos equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros e correspondente restauração do local no qual está localizado.
- (ii) A depreciação usada para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) é diferente daquela usada para determinar o lucro contábil. A diferença temporária é a diferença entre o valor contábil do ativo e sua base fiscal, representada pelo custo original do ativo menos todas as deduções referentes aquele ativo permitidas pelas autoridades tributárias para determinar o lucro tributável dos períodos corrente e anteriores. A diferença temporária resultou em passivo fiscal diferido, em decorrência do fato da depreciação para fins fiscais ser acelerada quando comparada com a depreciação contábil.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 4 Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

### (a) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte:

- ▶ As receitas das atividades é reconhecidas quando da prestação dos serviços correlatos;
- ▶ O custo dos serviços prestados é reconhecido quando incorrido na prestação dos serviços correlatos;
- ▶ As despesas e receitas operacionais são reconhecidas quando incorridas.

### (b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

### (c) Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

(d) Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

As contas a receber - Sistema FIES, estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia.

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

(f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 8 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

(g) Intangível

É avaliado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos de: (i) ágio registrado na aquisição de participação acionária que tem fundamento econômica a rentabilidade futura, foi amortizado no prazo e na extensão das projeções de resultados que o determinaram até 31 de dezembro de 2008 e (ii) softwares e licenças de uso, os quais são amortizados levando em conta uma vida útil estimada de 5 anos; e (iii) desenvolvimento de ativos intangíveis, que são mensurados ao custo de formação e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual para análise de perda no seu valor recuperável.

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

(h) Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia analisou o valor contábil líquido dos ativos imobilizado e intangível com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deteriorização, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requerem ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação.

(i) Arrendamento mercantil

- ▶ arrendamento financeiro A

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 10. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

- ▶ arrendamento operacional A

São reconhecidos no resultado do exercício pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo o regime de competência dos exercícios.

(j) Provisão para contingências

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia e suas subsidiárias também estão sujeitas a várias reivindicações, legais, cíveis e trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia e de suas subsidiárias é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

(k) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da Administração quanto ao risco envolvido.

(l) Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- ▶ IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- ▶ COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- ▶ PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas recaem sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos seqüenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 para determinadas controladas e fevereiro de 2007 para a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES"):

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS"); e
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano) – SESES.

A Estácio Participações S.A. não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

## IRPJ e CSLL

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

## PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS à alíquota de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS à 7,6%.

### (m) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas Informações Trimestrais. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não serão reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das Informações Trimestrais e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

### (n) Pagamento baseado em ações

O valor justo dos respectivos instrumentos patrimoniais é calculado na data da outorga dos programas de subscrições e opções de compra de ações com base em modelos de precificação usualmente adotados pelo mercado. Estes modelos são calculados utilizando-se premissas tais como valor de mercado da ação, preço de exercício da opção, volatilidade do preço das ações da Companhia e da Controlada, taxa de juros livre de risco, prazo de vigência do contrato (“*vesting period*”) e expectativa de desistência/cancelamento. Os custos de remuneração atrelados a estes programas são registrados no resultado operacional, na rubrica “opções outorgadas reconhecidas”, no grupo de despesas gerais e administrativas, de acordo com os períodos de liberação para exercício das opções definidos nos programas e descritos na Nota 22 (b).

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

(0) Uso de estimativas

Na elaboração das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas e julgamentos para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Dentre as premissas e estimativas com risco de impacto material em ativos e passivos estão aquelas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, o retorno dos benefícios a serem auferidos com os ativos intangíveis, as provisões para perdas em contas a receber de clientes, às provisões necessárias para riscos relacionados a reclamações judiciais e/ou administrativas, a mensuração do valor do benefício concedido através do plano de opção de compra de ações, do valor justo dos instrumentos financeiros, à determinação de provisão para imposto de renda e outras similares. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias, as quais apesar de refletirem a melhor estimativa e julgamento possível por parte da Administração da Companhia e controladas, podem apresentar variações em relação aos dados e valores efetivos, quando realizados. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada.

(p) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com IAS 7.

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos períodos apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- ▶ Atividades operacionais: São as principais atividades geradoras de receita da Companhia e suas controladas e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento;
- ▶ Atividades de investimento: São as atividades relativas a aquisição e alienação de ativos a longo prazo e outros investimentos não incluídos em atividades operacional e de financiamento; e
- ▶ Atividades de financiamento: São as atividades que tem como conseqüência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Companhia e suas controladas.

(q) Lucro líquido por ação

Conforme Norma Internacional (IAS 33) o lucro líquido é calculado e apresentado no formato básico e diluído, conforme descrito na Nota 23.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	31/3/2010	31/12/2009	1/1/2009
Caixa e bancos	40.569	32.360	35.686
Aplicações financeiras	44.917	18.943	2.444
	<u>85.486</u>	<u>51.303</u>	<u>38.130</u>
Títulos Públicos Federais (LFT)		15	62.731
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	30.615	32.240	69.320
Debêntures de Instituições Financeiras	73.004	82.877	32.026
Depósitos a prazo com Garantia Especial	35.398	34.598	
	<u>139.017</u>	<u>149.730</u>	<u>164.077</u>
<b>Total</b>	<b><u>224.503</u></b>	<b><u>201.033</u></b>	<b><u>202.207</u></b>

O fundo de investimento exclusivo e outras aplicações financeiras oferecem liquidez diária. O fundo de investimento exclusivo em 31 de março de 2010 era composto de depósitos bancários (22%), debêntures de instituições financeiras (53%) e depósitos a prazo com garantia especial (25%). O fundo é administrado por terceiros que seguem as políticas de investimentos determinadas pela Companhia. As taxas de remuneração variam entre 100% e 114% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de março de 2010, a taxa do CDI era de 8,61% a.a.

Com base nas demonstrações financeiras do fundo exclusivo, elaboradas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, os investimentos são classificados como cotas de fundo lastreadas por títulos para negociação, avaliados a valor de mercado, cujos rendimentos são refletidos nas receitas financeiras.

## 6 Contas a receber

	31/3/2010	31/12/2009	1/1/2009
FIES	4.559	2.270	2.476
Mensalidades de alunos	184.318	177.742	197.438
Cheques a receber	15.484	16.257	13.002
Cartões de crédito a receber	1.060	2.666	653
Taxas a receber	8.205	881	798
Créditos a identificar	(4.821)	(3.052)	(9.424)
Provisão para devedores duvidosos	(85.146)	(78.782)	(103.121)

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

123.659 117.982 101.822

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	31/3/2010	%	31/12/2009	%	1/1/2009	%
FIES	4.559	2%	2.270	1%	2.476	1%
A vencer	49.991	23%	22.770	12%	16.524	8%
Vencidas até 30 dias	31.961	15%	29.094	15%	30.231	14%
Vencidas de 31 a 60 dias	18.753	9%	18.720	9%	22.076	10%
Vencidas de 61 a 90 dias	2.177	1%	17.492	9%	20.368	10%
Vencidas de 91 a 179 dias	25.250	12%	33.641	17%	37.486	18%
Vencidas a mais de 180 dias	80.935	38%	72.282	37%	83.755	39%
	213.626	100%	196.269	100%	212.916	100%

As mensalidades recebidas antecipadamente, nos montantes de R\$ 26.388, R\$ 30.258 e R\$ 29.147 em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente, são apropriadas ao resultado considerando o período de sua competência.

A movimentação na provisão para devedores duvidosos consolidada foi como segue:

Descrição	1/1/2009	Complemento de provisão	Baixa	31/12/2009	Complemento de provisão	Baixa	31/3/2010
Mensalidade de graduação	49.873	32.634	45.229	37.278	6.220	(906)	42.592
Mensalidade de politécnico	16.211	12.947	17.204	11.954	2.158	(122)	13.990
Mensalidade de especialização	6.559	3.853	6.211	4.201	1.408	(4)	5.605
Mensalidade de mestrado	251	88	174	165	108		274
Mensalidade de extensão	319	321	370	270	111	(2)	379
Provisão sobre dívidas negociadas	21.350	(732)		20.618	304	(1.364)	19.558
Provisão sobre outras dívidas	8.558	(2.917)	1.346	4.295		(1.547)	2.748
	103.121	46.194	70.534	78.781	10.309	(3.945)	85.146

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 7 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em condições contratadas pelas partes e estão descritas a seguir:

Natureza da transação	31/3/2010	31/12/2009	1/1/2009	Indexação
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
<b>Mútuo</b>				
<b>Sociedades controladas</b>				
IREP			93	110% CDI
EUROPAN	4			110% CDI
	4	-	93	
<b>Pessoas ligadas (ii)</b>				
	327	205	83	100% CDI
	<b>331</b>	<b>205</b>	<b>176</b>	
<b>Despesas antecipadas (i)</b>				
	2.596	700	700	
	<b>2.596</b>	<b>700</b>	<b>700</b>	
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Mútuo</b>				
<b>Sociedades Ligadas</b>				
ESCUELA (iii)	2.772	2.676		CDI + 7,7% a.a.
	<b>2.772</b>	<b>2.676</b>	-	
<b>Despesas antecipadas (i)</b>				
	3.345	992	1.692	
	<b>3.345</b>	<b>992</b>	<b>1.692</b>	
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>				
<b>Sociedades controladas</b>				
SESES		2		
	-	<b>2</b>	-	
<b>Consolidado</b>				
	<b>31/3/2010</b>	<b>31/3/2009</b>		
<b>Receitas financeiras</b>				
Mútuo com acionistas e sociedades ligadas	104			
<b>Despesas gerais e administrativas</b>				
Serviço de consultoria (2c)	(733)	(699)		

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

- (i) Em 4 de junho de 2008, a Companhia firmou um Contrato de Consultoria (“Contrato”) com a Marone Consultoria e Participações Ltda. (“Marone”), sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, detentores de, aproximadamente, 0,8% das ações ordinárias de emissão da Companhia e acionistas integrantes do Acordo de Acionistas, celebrado em 4 de junho de 2008, tendo por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios, além de estabelecer a obrigação de não competição por parte da Marone. O referido Contrato vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de sua assinatura.

Em contrapartida pelo comprometimento de não atuarem no setor de educação em entidades concorrentes nem, de qualquer forma, competirem com a Companhia e suas controladas, bem como pelos serviços prestados, foi estabelecida a remuneração total de R\$ 14.000, composta da seguinte forma: R\$ 2.800, no ato da assinatura do Contrato, a título de antecipação que será diluída ao longo de sua vigência, para a qual não há previsão de atualização monetária ou incidência de encargos financeiros, e 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 233, cujo vencimento da primeira ocorreu no dia 6 de junho de 2008. Ficou acordado, ainda, que o valor das referidas parcelas será corrigido, na menor periodicidade admitida por lei, pelo IGP-M/FGV ou, na sua falta, por outro índice equivalente que venha a substituí-lo, desde a data da assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

A obrigação de não competição assumida pela Marone, pelos seus sócios e por quaisquer sociedades das quais estes venham a ser controladores é válida em todo território nacional. No entanto, ficam excluídas dessa obrigação as seguintes sociedades mantenedoras: SESSE, SESAL, SESAP, UNEC, SESSA, as quais o controle societário foi transferido para a Companhia, e Asociación de Enseñanza Superior de Las Américas (“AESAS”), cujo controle societário poderá ser transferido para a Companhia, conforme termos e condições estabelecidos no Memorando de Entendimentos firmado em 7 de abril de 2007 com os controladores dessas Sociedades, entre os quais os Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti.

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

O Contrato poderá ser rescindido, por iniciativa de qualquer uma das Partes, mediante o envio de notificação a outra Parte, com antecedência de 60 (sessenta) dias, devendo ser observado, nessa hipótese todas as implicações previstas no Contrato, entre as quais a obrigação de pagamento de indenização à Marone, em parcela única devidamente atualizada pela variação do IGP-M/FGV, no valor correspondente à soma das parcelas devidas até o final do contrato, em caso de rescisão por iniciativa da Companhia. Caso o Contrato seja rescindido, de forma antecipada, por parte da Marone, não cabe a esta qualquer pagamento indenizatório à Companhia.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2008, aprovou a celebração desse Contrato de Consultoria. Em 15 de janeiro de 2010 foi firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Consultoria, contemplando o pagamento a título de antecipação, do valor de R\$ 4.909, que representa um deságio de 30% sobre o valor total do contrato, que permanece em pleno vigor no que concerne a cláusula de não competição e está contabilizada em despesas antecipadas.

- (ii) Em dezembro de 2008, abril de 2009 e março de 2010 foram celebrados contratos de mútuo com administradores, no valor total de R\$ 315, com vencimentos em 22 de junho de 2010, 5 de abril de 2010 e 30 de abril de 2011, respectivamente. Em 31 de março de 2010 estes valores corrigidos totalizam R\$ 327.
- (iii) Em 28 de maio de 2009 foi celebrado um Instrumento Particular de Mútuo entre a Estácio Participações S.A. e a Escuela de Informática S.R.L., empresa com sede na Cidade de Montevidéu, Uruguai, pertencente ao acionista controlador João Uchoa Cavalcanti Netto, no valor de US\$ 1.200 mil, equivalente a R\$ 2.340, cujo valor atualizado pelo índice de remuneração do contrato até 31 de março de 2010 é de R\$ 2.772, para que a mesma utilizasse tais recursos para adequação do seu capital de giro e investimentos.

Na mesma data foi assinado o Instrumento Particular de Opção de Compra de Quotas e Outras Avenças, através do qual a Estácio Participações S.A. possui o direito de exercer a opção de compra de adquirir 80% das quotas de emissão da Escuela de Informática S.R.L., em até 60 dias contados da divulgação das suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social no ano de 2011.

O preço de exercício da opção de compra é o valor resultante da aplicação da fórmula "Preço de exercício da opção" baseada em indicadores de Ebitda, dívida bancária e contingências.

Em 28 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a formalização de

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Termo Aditivo ao Contrato em questão, para autorizar a diretoria executiva da Companhia a alterar o prazo de pagamento das parcelas dos juros remuneratórios, que passa a ser a da data de amortização do principal do mútuo.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	Biblioteca	Instalações	Outros	Construções em andamento
Saldos em 1º de janeiro de 2009	21.483	54.129	16.101	17.945	21.789	11.851	6.762	25.508	3.763	4.672	
Aquisições		308	10.685	3.847	4.245	2.273	1.521	7.610	1.162	2.069	
Baixas			(217)	(1.525)	(188)	(604)	(139)	(42)	(5)	(2.553)	
Transferências		1.179	(1.195)	(94)	(94)	(1)	(14)	4	(77)	198	
Depreciação/amortização		(3.700)	(7.796)	(3.413)	(8.131)	(2.122)	(2.523)	(4.957)	(638)	(901)	
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (pro forma)	21.483	51.916	17.578	16.854	17.621	11.397	5.607	28.123	4.205	3.485	
Aquisições		44	2.782	220	262	589	469	1.060	191	61	
Baixas											
Transferências			29	(533)	128	851	52	225		(752)	
Depreciação/amortização		(956)	(1.911)	(837)	(2.024)	(545)	(565)	(1.316)	(170)	(227)	
Saldos em 31 de março de 2010	21.483	51.004	18.478	15.704	15.987	12.292	5.563	28.092	4.226	2.567	
Saldos em 31 de março de 2010											
Custo total	21.483	87.366	69.380	35.615	52.748	26.496	15.194	55.262	7.083	5.304	
Depreciação acumulada		(36.362)	(50.902)	(19.911)	(36.761)	(14.204)	(9.631)	(27.170)	(2.857)	(2.737)	
Valor residual	21.483	51.004	18.478	15.704	15.987	12.292	5.563	28.092	4.226	2.567	
Saldos em 31 de dezembro de 2009											
Custo total	21.483	87.323	66.568	36.881	52.043	23.935	14.643	53.922	6.885	5.995	
Depreciação acumulada		(35.407)	(48.990)	(20.027)	(34.422)	(12.538)	(9.036)	(25.799)	(2.680)	(2.510)	
Valor residual	21.483	51.916	17.578	16.854	17.621	11.397	5.607	28.123	4.205	3.485	
Saldos em 01 de janeiro de 2009											
Custo total	21.483	80.204	65.628	39.175	53.792	24.587	13.945	46.254	5.712	6.497	
Depreciação acumulada		(26.075)	(49.527)	(21.230)	(32.003)	(12.736)	(7.183)	(20.746)	(1.949)	(1.825)	
Valor residual	21.483	54.129	16.101	17.945	21.789	11.851	6.762	25.508	3.763	4.672	
Taxas anuais de depreciação - %		1,67%	(i)	8,33%	25,00%	8,33%	6,67%	5,00%	8,33%	10% a 20%	

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Administração da Companhia revisou a vida útil econômica dos principais grupos de ativos imobilizado, tendo como base laudos de avaliadores externos, o que resultou nas seguintes modificações de taxas:

	<u>Antiga taxa de depreciação</u>	<u>Nova taxa de depreciação</u>
Equipamentos de Informática	20%	25%
Edifícios	4%	1,67%
Móveis e Utensílios	10%	8,33%
Máquinas e Equipamentos	10%	8,33%
Veículos	10%	20,00%
Biblioteca	10%	5%
Instalações	10%	8,33%
Sistemas, Aplicativos e Softwares	20%	16,67%
Benfeitorias em bens de terceiros	(i)	(i)
Equipamentos de Atividades Físicas/Hospitalares	20%	6,67%
Equipamentos de Cine, Foto e Som	10%	10%

- (i) A amortização em benfeitorias em imóveis de terceiros está sendo efetuada pelo respectivo prazo de vigência contratual dos aluguéis, a não ser que essas benfeitorias tenham vida útil inferior a tal prazo.

Essas mudanças de estimativas de vida útil desses ativos tiveram seus efeitos reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2010. No período de três meses findo em 31 de março de 2010, o efeito da revisão da vida útil dos ativos representou uma redução de aproximadamente R\$ 2.760 (consolidado), reconhecidos na linha de despesa de depreciação e amortização das demonstrações do resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído (*“deemed cost”*) considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua atividade operacional; (iii) a Administração da Companhia revisa freqüentemente a recuperabilidade e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, procedimento que vem sendo aplicado consistentemente ao longo dos anos e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

O imóvel do Campus Rebouças situado à Rua do Bispo, 83, de propriedade da SESES, foi dado em penhora, devido a um litígio na justiça, em que o Município do Rio de Janeiro está cobrando da SESES o pagamento do IPTU do referido imóvel. Consoante informações de seus consultores jurídicos, já foi obtido ganho de causa e a SESES vem diligenciando junto à Prefeitura a baixa do referido gravame.

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 10, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”**

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de março de 2010, em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

**9 Intangível**

	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de Ensino	Central de Relacionamento	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	91.186	6.574	9.103					106.863
Adições		2.581	2.172	2.129	7.651	1.871	93	16.497
Transferências		189		(189)				-
Variação Cambial	(427)							(427)
Amortização		(3.300)	(1.736)	(239)			(3)	(5.278)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	90.759	6.044	9.539	1.701	7.651	1.871	90	117.655
Adições		69			1.740		32	1.841
Variação Cambial	(15)							(15)
Depreciação/amortização		(560)	(551)	(97)			(6)	(1.214)
Saldos em 31 de março de 2010	90.744	5.553	8.988	1.604	9.391	1.871	116	118.267

	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de Ensino	Central de Relacionamento	Outros	Total
Saldos em 31 de março de 2010:								
Amortização acumulada	(6.924)	(22.819)	(2.407)	(336)			(9)	(32.495)
Valor residual	(6.924)	(22.819)	(2.407)	(336)			(9)	(32.495)
Saldos em 31 de dezembro de 2009:								
Custo total	97.683	28.303	11.395	1.940	7.651	1.871	93	148.936
Amortização acumulada	(6.924)	(22.259)	(1.856)	(239)			(3)	(31.281)
Valor residual	90.759	6.044	9.539	1.701	7.651	1.871	90	117.655
Saldos em 01 de dezembro de 2009:								
Custo total	98.110	25.109	9.222					132.441
Amortização acumulada	(6.924)	(18.535)	(119)					(25.578)
Valor residual	91.186	6.574	9.103					106.863
Taxas anuais de amortização - %	Indefinida	20% aa	20% aa	20% aa	25% aa	20% aa	20% aa	

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de março de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	31/3/2010					31/12/2009					1/1/2009					
	Amortização		Líquido	Líquido	Líquido	#	Amortização		Variação	Líquido	Líquido	Líquido	#	Líquido	Líquido	Líquido
	Custo	acumulada					Custo	acumulada								
investimentos																
IREP	43.941	(3.066)	40.875	40.875	40.875	#	43.941	(3.066)		40.875	40.875	40.875		40.875	40.875	40.875
RADIAL	5.960	(416)	5.544	5.544	5.544	#	5.960	(416)		5.544	5.544	5.544		5.544	5.544	5.544
FINTEC						#	6.213	(582)		5.631	5.631	5.631		5.631	5.631	5.631
EUROPAN/ABAETE						#	8.398	(1.260)		7.138	7.138	7.138		7.138	7.138	7.138
FACULDADE DE BRASÍLIA						#	2.532	(190)		2.342	2.342	2.342		2.342	2.342	2.342
UNICEM						#	3.617	(362)		3.255	3.255	3.255		3.255	3.255	3.255
SESSA						#	2.097		(442)	1.655	1.669	2.096		1.669	1.669	2.096
SESSE	7.690	(384)	7.306	7.306	7.306	#	7.690	(384)		7.306	7.306	7.306		7.306	7.306	7.306
SESAL	3.730	(186)	3.544	3.544	3.544	#	3.730	(186)		3.544	3.544	3.544		3.544	3.544	3.544
UNEC	4.221	(151)	4.070	4.070	4.070	#	4.221	(151)		4.070	4.070	4.070		4.070	4.070	4.070
SESAP	1.161	(58)	1.103	1.103	1.103	#	1.161	(58)		1.103	1.103	1.103		1.103	1.103	1.103
MONTESSORI						#	3.249	(108)		3.141	3.141	3.141		3.141	3.141	3.141
COTIA						#	4.062	(135)		3.927	3.927	3.927		3.927	3.927	3.927
UNISSORI						#	1.240	(26)		1.214	1.214	1.214		1.214	1.214	1.214
	66.703	(4.261)	62.442	62.442	62.442		98.111	(6.924)	(442)	90.745	90.759	91.186		90.745	90.759	91.186

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, de acordo com o IAS 36.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 10 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	31/3/2010	31/12/2009	1/1/2009
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês	178	208	287
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% ao ano	3.749	4.772	8.863
Contratos de arrendamento mercantil	11,8% a 22,1% ao ano	490	590	2.423
		<u>4.417</u>	<u>5.570</u>	<u>11.573</u>
Passivo circulante		4.238	4.721	6.735
Passivo não circulante		<u>179</u>	<u>849</u>	<u>4.838</u>
		<u>4.417</u>	<u>5.570</u>	<u>11.573</u>

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avalizadas pelos sócios e os próprios bens arrendados.

## 11 Salários e encargos sociais

	31/3/2010	31/12/2009	1/1/2009
Salários e encargos sociais a pagar	44.265	41.231	32.360
Provisão de férias	20.988	17.897	23.845
Provisão de 13º salário	9.507		
	<u>74.760</u>	<u>59.128</u>	<u>56.205</u>

## 12 Obrigações tributárias

	31/3/2010	31/12/2009	1/1/2009
ISS a recolher	3.950	3.432	3.587

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

IRRF a recolher	4.985	5.181	3.786
IRJP a recolher	3.078	4.165	6.504
CSLL a recolher	1.212	1.581	2.390
PIS e COFINS a recolher	848	1.167	539
	<u>14.073</u>	<u>15.526</u>	<u>16.806</u>

Composição dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	30/3/2010	31/12/2009	Passivo 1/1/2009
Redefinição de vida útil do ativo	(65)		
Provisão para desmobilização	8	107	252
	<u>(57)</u>	<u>107</u>	<u>252</u>

Os créditos tributários reconhecidos têm por base diferenças temporárias decorrentes dos ajustes iniciais para adoção de novas práticas e estão registrados nas rubricas de outros ativos e outros passivos de longo prazo.

### 13 Parcelamento de tributos

Parcelamentos	31/3/2010	31/12/2009	1/1/2009
ISS	159	168	284
PIS	14	14	113
COFINS	18	18	376
INSS	1.793	1.834	4.317
IPTU	173	212	419
	<u>2.157</u>	<u>2.246</u>	<u>5.509</u>
Passivo circulante	404	468	1.484
Passivo não circulante	1.753	1.778	4.025
	<u>2.157</u>	<u>2.246</u>	<u>5.509</u>

Referem-se a parcelamentos de tributos junto à Prefeituras, Receita Federal do Brasil e Previdência Social. Os montantes de pagamentos mensais são de aproximadamente

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

R\$ 25, restando ainda 53, 7 e 176 parcelas, com término previsto para agosto de 2014 outubro de 2010 e novembro de 2024, respectivamente.

2011	239
2012	192
2013	150
2014	146
2015	146
2016 a 2024	880
	<u>1.753</u>

## 14 Adiantamento de convênio

Em 24 de março de 2004, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. com prazo de vigência até 24 de março de 2009, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros. Em contrapartida, o Unibanco adiantou o equivalente a R\$ 4.000 a SESES e as Mantenedoras para serem compensados mensalmente no decorrer do contrato por meio de uma metodologia estipulada pelas partes.

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou a SESES e as Mantenedoras uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 31 de março de 2010, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 22.915 (R\$ 23.573 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 26.460 em 1 de janeiro de 2009) classificado como passivo não circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 15 Provisão para contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cíveis, trabalhistas e tributárias, que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1 de janeiro de 2009 a provisão para contingências, líquida dos correspondentes depósitos judiciais, era composta da seguinte forma:

	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Saldos em 31 de março de 2010		
Cíveis	6.857	3.493
Trabalhistas	18.813	12.929
Tributárias	7.297	7.040
Saldo total	32.967	23.462
Saldos em 31 de dezembro de 2009		
Cíveis	8.516	3.499
Trabalhistas	17.444	10.125
Tributárias	7.314	7.079
Saldo total	33.274	20.073
Saldos em 01 de janeiro de 2009		
Cíveis	9.862	2.085
Trabalhistas	11.570	2.321
Tributárias	8.711	6.320
Saldo total	30.143	10.726

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2009	8.711	11.570	9.862	30.143
Adições		9.004	1.935	10.939
Reversões	(1.397)	(2.433)	(2.628)	(6.458)
Baixas		(697)	(653)	(1.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	7.314	17.444	8.516	33.274
Adições		2.825	762	3.587
Reversões	(17)	(1.378)	(2.137)	(3.532)
Baixas		(78)	(284)	(362)
Saldos em 31 de março de 2010	<u>7.297</u>	<u>18.813</u>	<u>6.857</u>	<u>32.967</u>

a) Contingências cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para fazer face às prováveis perdas com essas causas, a administração mantém provisão no montante de R\$ 6.857 em 31 de março de 2010 (R\$ 8.516 – 31 de dezembro de 2009).

Dentre as principais ações classificadas com risco de perda provável, podemos destacar a ação indenizatória decorrente de acidente com “bala perdida” sofrido por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A Companhia foi condenada em primeira instância e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, quando do julgamento da apelação interposta pela Companhia, manteve em parte a sentença de 1ª instância, determinando o seguinte: (a) pensão mensal e vitalícia, equivalente ao valor de um salário mínimo, acrescido das verbas trabalhistas (13º salário, férias e FGTS); (b) continuidade do aluguel de um imóvel adaptado para a moradia da autora; (c) constituição de capital garantidor das obrigações vincendas; (d) danos morais e estéticos, os quais na ocasião da realização do respectivo depósito judicial somavam a quantia de aproximadamente R\$ 1.800; (e) reembolso por tratamento psicológico aos familiares da autora; e (f) pagamento do tratamento médico, inclusive “home care”. O valor médio despendido mensalmente pela SESES para o tratamento médico da Autora é de aproximadamente R\$ 45. Sem prejuízo dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos contra a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Janeiro, que ainda estão pendentes de julgamento, os autores ingressaram com a execução provisória da sentença, tendo sido o valor de R\$ 1.800 depositado em juízo.

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Dentre as principais ações avaliadas por nossos consultores jurídicos externos classificadas com risco de perda possível, podemos destacar:

- (i) Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. O valor estimado da causa é de R\$ 1.000;
- (ii) Ação de Reintegração de Posse promovida por Seven Park Estacionamento Ltda., sob alegação de descumprimento de cláusula contratual referente a Contrato de Locação do estacionamento utilizado por uma das unidades da Companhia. Atualmente o processo está em fase de instrução, aguardando a realização de perícia e provas testemunhais e documentais. O valor estimado corresponde a R\$ 1.000;
- (iii) Trata-se de Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel da Rua Coronel Luiz Barroso, nº 566, atual Rua Dr. Antônio Bento, nº 509, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação dos Réus no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$1.080, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. No dia 3 de fevereiro de 2009, foi realizada audiência no Setor de Conciliação do Fórum Central, conciliação essa que restou infrutífera. Atualmente, processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente em fase de realização de prova pericial; e

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

- (iv) Ação de indenização promovida por Hudson José Roque Lima e outros contra a Companhia, através da qual se objetiva a entrega de diploma do curso de tecnólogos em análises clínicas - curso que foi extinto pelo Ministério da Educação - MEC. O processo está em fase de conhecimento. O montante estimado é de R\$ 1.161.
- (v) Ação civil pública promovida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra a SESES, através da qual pretende que sejam declaradas nulas as cláusulas do contrato de adesão da instituição, condenando-a a se abster de realizar qualquer cobrança com a incidência de juros de mora superiores ao limite legal, de 1% (um por cento) ao mês, e multa excedente a 2% (dois por cento), inclusive quando supostamente embutidos em desconto por pagamento antecipado, adotando como remuneração para seus produtos e serviços aquele fixado para o respectivo pagamento antecipado. Requer, ainda, a condenação da SESES para restituir em dobro todo valor auferido com os valores indevidamente cobrados do corpo discente da SESES. No dia 09 de abril de 2010, foi apresentada a respectiva contestação. O processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão de 1ª instância. O valor atribuído à causa é de R\$ 20.

Nenhuma provisão para contingências foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas para estas ações, em decorrência da classificação de risco atribuída para as mesmas.

b) Contingências trabalhistas

- (i) Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para fazer face às prováveis perdas com essas causas, a administração da Companhia mantém provisão no montante de R\$ 18.813 em 31 de março de 2010 (R\$ 17.444 em 31 de dezembro de 2009).

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Dentre as principais ações trabalhistas classificadas com risco de perda provável, podemos destacar:

- (i) Ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Espírito Santo em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento, em favor do corpo administrativo da Instituição, dos valores devidos a título de previdência privada, conforme Cláusula 10ª da Convenção Coletiva do Trabalho, a qual estabelece o recolhimento em favor de entidade de previdência privada de 6% sobre o total da folha salarial dos auxiliares, a ser rateado em partes iguais entre o total de colaboradores. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução e o valor estimado é de R\$ 1.178;
- (ii) Ação trabalhista movida por ex-funcionário em face da SESES, com pedido de reintegração ao cargo de docente, sob a alegação de que seu processo de demissão não foi devidamente submetido à prévia apreciação do extinto Conselho Departamental, órgão interno e colegiado existente à época da contratação do referido reclamante. Adicionalmente, pleiteia o reclamante a condenação da Companhia ao pagamento do valor corresponde às férias em dobro, acrescidas de abono equivalente a 1/3 das férias, dentre outros pedidos de menor relevância. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução. O valor estimado da causa é R\$ 740.
- (iii) Ação trabalhista movida por ex-funcionária em face da SESES, requerendo o pagamento das diferenças salariais por desvio de função. Alega que foi contratada como advogada orientadora para atuar nos núcleos de assessoria jurídica da Instituição, local de estágio obrigatório para o corpo discente do curso de direito, porém, desempenhava tarefas inerentes ao magistério. Adicionalmente, pleiteia o pagamento de diferenças salariais decorrentes da redução de carga horária em sala de aula, inerente ao seu labor como professora, horas extras, dentre outros pedidos de menor relevância. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução e o valor estimado é de R\$ 645; e

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

- (iv) Ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro em face da SESES, por meio da qual a Instituição é cobrada pelas contribuições sindicais, sob o argumento de terem sido pagas indevidamente ao Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar, nos anos de 1997, 1998 e 1999. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução e o valor estimado é R\$ 438.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor em 31 de março de 2010 é de R\$ 39.468 (R\$ 47.607 – 31 de dezembro de 2009).

Dentre as principais ações trabalhistas avaliadas por nossos consultores jurídicos externos classificadas com risco de perda possível podemos destacar:

- (v) Ação movida pelo espólio de ex-terceirizado em face da SESP, através da qual requer indenização por dano moral e material, além de pensão mensal, em razão do “*de cujus*” ter falecido nas dependências da Companhia. Neste caso, discute-se quem é o verdadeiro empregador e responsável pelas indenizações. Apesar do falecimento ter ocorrido no interior da Companhia, o “*de cujus*” era contratado por empresa terceirizada. Em 31 de janeiro de 2008, o juiz do trabalho responsável por este processo prolatou sentença de improcedência, favorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pelo Espólio. O valor estimado da causa é de R\$ 1.638;
- (vi) Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho em face da SESES, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a conseqüente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O processo encontra-se temporariamente fora de pauta de julgamento. O valor estimado da causa é de R\$ 500;

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

- (vii) Ação trabalhista movida por ex funcionária em face da SESES, requerendo o pagamento das diferenças salariais por desvio de função, sob o argumento de exercer atividades inerentes ao cargo de Diretora Acadêmica. Adicionalmente, pleiteia o pagamento de adicional de transferência, férias em dobro acrescidas de abono equivalente a 1/3 das férias, danos morais, dentre outros pedidos de menor relevância. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a oitiva de testemunhas e o valor estimado é R\$ 695;
- (viii) Ação trabalhista movida por ex-funcionário em face da SESES, através da qual requer pagamento de férias, devolução dos descontos indevidos, danos morais, repouso semanal remunerado, feriados e domingos trabalhados, indenização por responsabilização civil aos danos supostamente causados à sua saúde e ao seu estado psíquico e caracterização do salário in natura, adicional de 25% de transferência. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento e o valor estimado é R\$ 1.353;
- (ix) Ação movida por ex-funcionário, que exercia a função de Diretor Geral de uma das nossas unidades acadêmicas da SESES, através da qual o mesmo requer indenização por danos morais, em razão de supostas humilhações e constrangimentos sofridos durante a vigência de seu contrato de trabalho. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento e o valor estimado é R\$ 500;
- (x) Ação movida por ex-terceirizado em face da Magister, por meio da qual requer o reconhecimento do vínculo empregatício com a Instituição, bem como o pagamento das verbas rescisórias inerentes à sua contratação, férias, horas extras, danos morais, dentre outros pedidos de menor relevância. Atualmente aguarda-se o julgamento interposto pela Instituição. O valor estimado da causa é de R\$ 857; e

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

- (xi) Ação distribuída por ex-professor e coordenador do Curso de Direito da SESES, por meio da qual pretende o pagamento de diferenças salariais decorrentes da redução salarial pela extinção do cargo de coordenador de curso e reflexos, férias, 13º salário, repouso semanal remunerado e indenização por dano moral. O processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a designação de audiência. O valor estimado da causa é de R\$ 517.

Nenhuma provisão para contingências foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas para estas ações, em decorrência da classificação de risco atribuída para as mesmas.

c) Contingências tributárias

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, para fazer face às prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 7.297 em 31 de março de 2010 (R\$ 7.314 – 31 de dezembro de 2009).

Dentre as principais ações de natureza tributária, podemos destacar:

- (i) Ação Anulatória de Débito Fiscal distribuída pela SESES, em face da União Federal, para questionar a legalidade do lançamento relativo à cobrança do FINSOCIAL, considerando a suspensão temporária, pela Secretaria da Receita Federal, de sua imunidade tributária através do Ato Declaratório nº 14/96. Sentença publicada, em 4 de novembro de 2009, julgando improcedentes os pedidos da SESES. Foram opostos embargos de declaração pela SESES, os quais foram rejeitados em 11 de novembro de 2009. Apresentamos recurso de apelação em 26 de novembro de 2009. Foi aberto prazo para a União Federal apresentar as suas contra-razões. Por conta desse processo, foram efetuados depósitos judiciais em 2005, no montante de R\$ 930;

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

- (ii) Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade e crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário, interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, passaram a ser depositados judicialmente o valor de R\$ 5.358 que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento);

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

- (iii) Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei nº 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembléia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de 5 (cinco) anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. A SESES requer, ainda, a antecipação dos efeitos da tutela para que a Fazenda Nacional se abstenha de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, assim como de praticar quaisquer outros atos tendentes a exigir da SESES supostos débitos objeto da "Consulta Regularidades junto ao Fisco Previdenciário", sendo a exigibilidade dos mesmos suspensa ou ainda daqueles resultantes da interpretação dada pela SESES ao artigo 13 da Lei No. 11/096/05. Em 28 de agosto de 2009, foi publicada decisão negando provimento ao pedido de antecipação de tutela. Por este motivo, foi protocolado agravo de instrumento contra esta decisão. Atualmente, o processo está em fase de conhecimento. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor envolvido da demanda é de R\$ 9.081. Nenhuma provisão foi consignada nas informações trimestrais.
- (iv) Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Receita Federal, contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor estimado da demanda é R\$ 2.278. Nenhuma provisão foi consignada nas informações trimestrais;

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

- (v) Ação Anulatória distribuída pela SESES, em face da União Federal, objetivando desconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre 12/2005 e 02/2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão administrativa de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor estimado da demanda é R\$ 1.786. Nenhuma provisão foi consignada nas informações trimestrais; e
- (vi) Contribuição Patronal do INSS

A SESES foi considerada sem fins lucrativos e de caráter filantrópico até 9 de fevereiro de 2007. Portanto, até essa data gozava, nos termos dos artigos 150 - inciso VI, letra C - e 195 - parágrafo 7º - da Constituição Federal e dos artigos 12 e 15 da Lei no 9.532/97, de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual através do Decreto no 86.072, de 4 de junho de 1981 e da Lei nº 2.536, de 3 de janeiro de 1975, respectivamente.

A SESES possuía, ainda, os seguintes certificados emitidos por órgãos governamentais: (a) certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social; (b) Título Declaratório de Regularidade de Situação Estadual; e (c) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

O artigo 55 da Lei no 8.212/91, que foi revogado pela Medida Provisória nº 446/08 de 11 de novembro de 2008, considerava estar isenta de pagamento da cota patronal do INSS a entidade beneficente de assistência social, que atenda os seguintes requisitos: (a) fosse reconhecida como de utilidade pública Federal e Estadual ou Municipal; (b) fosse portadora do Certificado e do Registro de Entidade de Fins Filantrópicos - CEFF, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovados a cada três anos; (c) promovesse, gratuitamente e em caráter exclusivo, a assistência social beneficente; (d) não percebessem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração e não usufruíssem vantagens ou benefícios a qualquer título; e (e) aplicassem integralmente o eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

A Lei no 9.732/98 estabeleceu ainda que: (a) as entidades sem fins lucrativos educacionais, que não praticassem de forma exclusiva e gratuita atendimento a pessoas carentes, gozariam da isenção das contribuições de que tratam os artigos 22 (cota patronal do INSS) e 23 (CSLL e COFINS) da Lei nº 8.212/91, na proporção do valor das vagas cedidas, integral e gratuitamente, a carentes, desde que satisfeitos os requisitos do artigo 55 da referida Lei, (b) o disposto no revogado artigo 55 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 4o. desta Lei teria aplicação a partir da competência abril de 1999 e (c) ficou cancelada, a partir de abril de 1999, toda e qualquer isenção concedida, em caráter geral ou especial, de contribuição para a seguridade social em desconformidade com o artigo 55 da Lei nº 8.212/91 ou com o artigo 4º desta Lei.

Conforme mencionado anteriormente, à época de sua constituição a SESES foi reconhecida como entidade sem fins lucrativos, e em razão disso lhe foi assegurado o direito à isenção da contribuição patronal do INSS incidente sobre a folha de pagamento. Os normativos legais posteriores preservaram sua condição de pessoa jurídica isenta, situação essa que legalmente perdurou até fevereiro de 2007, quando a SESES foi transformada em sociedade com fins lucrativos.

A SESES tem sido questionada pelo INSS quanto às renovações do CEBAS concedidas nos anos de 2000 e 2003. A Secretaria da Receita Previdenciária apresentou recursos ao Ministro da Previdência Social objetivando desconstituir as duas últimas referidas renovações do CEBAS concedidas pelo CNAS. Porém, a SESES aderiu em dezembro de 2004 ao PROUNI e, sendo assim, entende a Administração que às entidades que aderirem e adotarem as suas regras seria possível obter a restauração da CEBAS e o restabelecimento da isenção da contribuição social, caso o indeferimento ou cancelamento da isenção, referente os dois últimos triênios, não tenha sido em razão do descumprimento dos requisitos previstos nos incisos III, IV e V do revogado artigo 55 da Lei no 8.212/91, ou seja: (a) promova assistência social gratuita; (b) não remunere seus dirigentes; e (c) aplique o resultado operacional no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Os questionamentos oferecidos pela Secretaria da Receita Previdenciária não alegam infringência àqueles dispositivos, o que, em tese, daria à SESES o direito de restauração do CEBAS caso viesse a perdê-lo.

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Considerando que o CEBAS é, na óptica das autoridades fiscais, imprescindível à fruição da imunidade/isenção, na eventualidade de seu cancelamento em determinado período, todos os demais tributos e contribuições devidos pelas sociedades empresárias poderão vir a ser exigidos pelas autoridades fiscais retroativamente e acrescidos dos encargos monetários, além dos valores relativos aos questionamentos do INSS.

Em relação a esse tema, a Administração informa que foi movida uma Ação Popular, por Luiz Cláudio de Lemos Tavares, em face da SESES e da Estácio Participações, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por conseqüência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público dos tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Estácio Participações. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento. De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atribuído a causa pelo autor é R\$ 140.000.

Adicionalmente, a Companhia reitera que foram recebidos, em 23 de dezembro de 2008, 27 autos de infração, lavrados pela Secretaria da Receita Federal, contra sua controlada SESES, tendo por objeto alegados débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005, no valor total de R\$ 484.462, assim como termo de arrolamento de bens imóveis da SESES, em conformidade com a legislação tributária aplicável.

Esses autos questionam principalmente o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade sobre contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 9 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária.

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

A Companhia reforça que as chances de perda são remotas, com base em pareceres legais elaborados por seus consultores jurídicos, os quais entendem, ainda, que as autuações são passíveis de nulidade, devido às inconsistências apresentadas no procedimento e fundamentação dos autos de infração.

Dentre os principais argumentos de defesa, apontados por nossos consultores legais, destacamos os seguintes:

- (a) Os CEBAS da SESES, correspondentes aos triênios de 2001-2003 e 2004-2006, encontram-se plenamente válidos;
- (b) A eventual cobrança de contribuições previdenciárias pelo não cumprimento de requisitos legais poderia, somente, ser aplicada após o regular cancelamento do CEBAS, através de processo administrativo próprio, previsto em Lei, que não foi observado nesse caso;
- (c) Decadência do direito da Administração Pública de cancelar o CEBAS referente ao triênio 2001/2003 (concessão no ano de 2000 - decadência em 5 anos);
- (d) Não observância de procedimento administrativo próprio para desqualificação da imunidade da SESES;
- (e) O art. 38 da Medida Provisória nº 446/08 estabeleceu que os recursos, relativos a pedidos de renovação de CEBAS, foram extintos, o que é o caso da SESES;
- (f) O remoto cancelamento da imunidade da SESES somente opera efeitos para o futuro;
- (g) A decadência dos pretendidos lançamentos tributários referentes ao período de janeiro a novembro de 2003;

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

- (h) Observância do requisito da gratuidade e da possibilidade de considerar bolsas parciais no cômputo dos 20% (vinte por cento) de gratuidade, o que foi reforçado pela Resolução CNAS 177/00 e art. 11 da Lei nº 11.096/05;
- (i) Efeitos da adesão ao PROUNI (dezembro de 2004), notadamente o perdão do legislativo em relação a pedidos de CEBAS negados exclusivamente pelo não cumprimento do requisito da gratuidade, e a comprovação da gratuidade, a partir do exercício de 2005, pelos critérios do art. 11 da Lei do PROUNI;
- (j) Em relação a questão da reversão do patrimônio, a SESES sustenta que a sua transformação de entidade sem fins lucrativos para sociedade empresária não importou em sua dissolução ou liquidação, nos termos do art. 1.113 do Código Civil. Portanto, não há que se falar em reversão de patrimônio para outra entidade beneficente ou pública; e
- (k) No que diz respeito ao suposto pagamento de remuneração ao sócio controlador da SESES, enquanto entidade beneficente, foram apresentados junto com as impugnações todos os contratos de locação e respectivos recibos de aluguel, ficando, portanto, afastada a pretensão da fiscalização de caracterizar pagamento de remuneração ao referido sócio.

Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a administração da Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesse processo e classifica a expectativa de perda como remota. Por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

(vii) Transformação em sociedade empresarial com fins lucrativos

Determinadas controladas efetuaram a alteração de suas naturezas jurídicas de sociedades civis sem fins lucrativos para sociedades empresárias em 30 de setembro de 2005 e 9 de fevereiro de 2007. Com a referida alteração da natureza jurídica destas companhias, estas perdem o direito do gozo de imunidades e isenções fiscais previstas para entidades sem fins lucrativos, passando a se sujeitar às regras de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas, ressalvadas as isenções decorrentes do PROUNI.

A administração entende, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos e tributários, que a simples transformação das mantenedoras em sociedades lucrativas não é fato gerador de tributos, e que somente os lucros, rendimentos, receitas e ganhos de capital gerados após esta transformação é que serão alcançados pela tributação, ressalvados os benefícios fiscais do PROUNI. Sendo assim, os superávits gerados no período em que as mantenedoras eram imunes e isentas não sofreram ou sofrerão qualquer tributação, sob a condição de não serem distribuídos aos sócios das entidades e de serem reinvestidos nas próprias instituições, ou seja, mantidos nos patrimônios sociais das mesmas. Entretanto, as autoridades fiscais poderão vir a questionar tal transformação e exigir o recolhimento dos tributos incidentes sobre os resultados isentos auferidos até a data da transformação.

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

(viii) Autos de Infração - ISS / Município de Niterói

Foram lavrados autos de infração através dos quais a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre 01/2004 a 01/2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrita fiscal e contábil nos termos da legislação em vigor. Sendo ignorado pela Fiscalização o Regime Especial concedido, em fevereiro/05, que autoriza a SESES a centralizar a escrita contábil das suas filiais em Niterói na sua unidade mais antiga, razão pela qual os documentos solicitados pela fiscalização não existiam e, portanto, não poderiam ser apresentados à autoridade fiscalizadora. Adicionalmente, são exigidas diversas multas por descumprimento de obrigações acessórias, algumas sem qualquer respaldo legal e outras com possível caráter confiscatório. Foram protocoladas as nossas impugnações, em 29 de setembro de 2009. Estamos aguardando as decisões de 1ª instância administrativa. O valor total autuado foi de R\$ 7.793.

Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a administração da Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesses processos e classifica a expectativa de perda como possível. Por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas informações trimestrais consolidadas.

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

(ix) Auto de Infração - ISS / Município do Rio de Janeiro

Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro/05 a janeiro/07, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro/07 para uma “*nova sociedade por quotas limitadas*”; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro/07 a julho/09, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro/05 a maio/09. Foi protocolada a nossa impugnação, em 22 de fevereiro de 2010. Estamos aguardando a decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado da autuação é de R\$ 136.000.

Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesses processos e classifica a expectativa de perda como remota. Por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas informações trimestrais consolidadas.

(x) Auto de Infração- ISS / Município de Recife

Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Recife, através do qual a municipalidade busca a cobrança de complemento de ISS, relativamente aos exercícios de 2006 e 2007, sob alegação de insuficiência de recolhimento do referido imposto. Foi proferida, em 23 de dezembro de 2009, decisão administrativa desfavorável para a Sociedade de Ensino Superior de Pernambuco - SESPE, a qual julgou procedente a Notificação Fiscal. Foi interposto recurso voluntário em 29 de janeiro de 2010, cuja tese não foi acolhida pelo Conselho de Recursos Fiscais, em decisão administrativa proferida em 30 de março de 2010. Em decorrência de tal decisão, será distribuída, pela SESPE, ação anulatória visando a desconstituição do suposto débito tributário. O valor total autuado foi de R\$ 410.

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesses processos e classifica a expectativa de perda como remota. Por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas informações trimestrais consolidadas.

(xi) Auto de Infração - ISS / Município de Salvador

Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Salvador, em face da STB, através do qual a municipalidade busca a cobrança complementar de ISS, relativamente aos exercícios de fevereiro de 2007 a julho de 2009, sob alegação de não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no referido período, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI. A STB apresentou manifestação em 8 de fevereiro de 2010. No momento aguarda-se decisão de 1ª instância administrativa. O valor autuado foi de R\$ 235.

Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a administração da Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesses processos e classifica a expectativa de perda como possível. Por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas informações trimestrais consolidadas.

d) Outros assuntos tributários contingentes

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias das atividades das suas controladas, destacamos o seguinte:

- (i) Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira ("CPMF"): a SESES, entendia não estar sujeita a incidência de tal contribuição nos termos da Emenda Constitucional nº 21/99, assim como foi entendimento de seus consultores jurídicos que a isenção estava configurada nos termos da Lei nº 9.311/96 e Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal aplicáveis à espécie;

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

- (ii) COFINS: isenção da referida contribuição, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1 de fevereiro de 1999, sobre as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/97. Adicionalmente, a SESES, com base na opinião de seus advogados, entendeu estar assegurada a referida isenção, uma vez que a eficácia dos artigos da Lei nº 9.732/98 está suspensa por ADIN;
- (iii) CSLL: a SESES e determinadas controladas entenderam, enquanto sem fins lucrativos e considerando que a eficácia dos artigos da Lei nº 9.732/98 está suspensa pela ADIN, que estavam isentas da referida contribuição, nos termos do artigo 15, parágrafo 1º, da Lei nº 9.532/97.

A Administração da Companhia, assim como seus consultores jurídicos, entenderam estar assegurada a isenção integral das referidas contribuições; por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas informações trimestrais consolidadas.

## 16 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) ações. Em 31 de março de 2010, o capital social é representado por 78.617.187 ações ordinárias.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de março de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 é como segue:

	<u>31/3/2010</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>%</u>	<u>1/1/2009</u>	<u>%</u>
Uchôa Cavalcanti Participações S.A.			28.702.835	36,5%	41.004.050	52,2%
João Uchôa Cavalcanti Netto	28.702.835	36,5%				
Moena Participações S.A.	15.717.013	20,0%	15.717.013	20,0%	15.717.013	20,0%
Magnoliophyta Participações S.A			8.200.810	10,5%		
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações						
Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti	4.442.521	5,7%	342.566	0,4%	692.566	0,9%
André Cleófas Uchoa Cavalcanti	4.424.321	5,6%	324.366	0,4%	674.366	0,9%
Jade Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.	4.100.405	5,2%	4.100.405	5,2%		
Monique Uchoa Cavalcanti de Vasconcelos					666.666	0,8%
Administradores e Conselheiros	48.007	0,1%			52.482	0,1%
Tesouraria						
Outros	<u>21.182.085</u>	<u>26,9%</u>	<u>21.197.071</u>	<u>27,0%</u>	<u>19.777.923</u>	<u>25,1%</u>
	<u>78.617.187</u>	<u>100,0%</u>	<u>78.585.066</u>	<u>100,0%</u>	<u>78.585.066</u>	<u>100,0%</u>

(b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

**Movimentação das Ações**

Em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009	78.585.066
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 28.01.2010	<u>32.121</u>
Em 31 de março de 2010	<u>78.617.187</u>

(c) Reserva de capital

c.1) Ágio na subscrição de ações

À época de sua constituição, a SESES foi reconhecida como entidade sem fins lucrativos, e em razão disso gozava de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Com a transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos, em 9 de fevereiro de 2007, a Entidade passou a se sujeitar à carga tributária devida por uma sociedade comercial, ressalvadas as isenções

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

decorrentes à adesão ao Programa Universidade para Todos – PROUNI. A exemplo da SESES, as mantenedoras, embora não tivessem caráter filantrópico, quando de sua constituição também foram reconhecidas como entidades sem fins lucrativos, fazendo jus a determinadas isenções fiscais até 30 de setembro de 2005 quando foram transformadas em sociedades empresariais com fins lucrativos.

Quando do referido aumento do capital social, os acionistas da Companhia atribuíram ao preço de emissão das ações o valor de R\$ 27.072, ao passo que o valor dos ativos utilizados na integralização do capital indicava que as quotas da SESES e das mantenedoras possuíam um valor patrimonial de R\$ 123.554.

O valor deste aumento de capital (R\$ 27.072) equivale aos recursos efetivamente aportados pelos acionistas controladores no negócio, seja como capital inicial, seja como aumento do mesmo mediante a capitalização de lucros e reservas de lucros gerados após a transformação da SESES e das mantenedoras em sociedades empresárias com fins lucrativos. O valor da diferença (R\$ 96.482) entre o montante atribuído aos bens pelos acionistas subscritores e o montante desses bens à valor patrimonial, foi registrado na Companhia em rubrica específica de reserva de capital (ágio na subscrição de ações) e refere-se, substancialmente, ao saldo remanescente dos resultados acumulados auferidos pelas empresas controladas (SESES e mantenedoras) antes da transformação de sua forma jurídica de entidades sem fins lucrativos para sociedades empresárias.

c.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 1.388 durante o trimestre findo em 31 de março de 2010, conforme mencionado na Nota 23 (b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (vesting period), até a data dessas informações trimestrais.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

Em conformidade com o disposto pelo IAS 21, onde determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidas direto no patrimônio líquido da Controladora. A Companhia mantém saldo negativo de R\$ 320 na conta de Ajustes acumulados de conversão em 31 de março de 2010, decorrentes da conversão das informações trimestrais de sua controlada no exterior, SESSA.

(e) Reserva de lucros

e.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação na mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

e.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

## 17 Resultado financeiro

	<u>31/3/2010</u>	<u>31/3/2009</u>
Receitas financeiras		
Multa e juros recebidos por atraso	3.377	3.219
Rendimentos de aplicações financeiras	3.567	5.490
Outras	252	298
	<u>7.196</u>	<u>9.007</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(1.231)	(1.572)
Juros e encargos financeiros	(415)	(899)
Descontos financeiros	(1.701)	(2.324)
Outras	(943)	(563)
	<u>(4.290)</u>	<u>(5.358)</u>

A rubrica de descontos financeiros correspondem aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

## 18 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009 está apresentada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/3/2010</b>	<b>31/3/2009</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	26.111	31.336
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	8.878	10.654
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Ajustes da Lei 11.638/2007	586	381
Equivalência patrimonial		
Amortização de Ágio		
Despesas não dedutíveis (a)	33	38
Provisão de Bonus	(443)	
Lucros auferidos no exterior		
Compensação de prejuízo fiscal	(761)	(340)
Ajustes iniciais para adoção de novas práticas		98
Provisão para contingências	19	485
Reversão de PDD não dedutível e mensalidades a cancelar(c)	(526)	282
Provisão para devedores duvidosos		
Crédito tributário diferido não contabilizado (d)	360	395
Provisão para perda no imobilizado		
Outras	129	(70)
	8.274	11.923
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI	(7.602)	(10.028)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	673	1.895
Alíquota efetiva	2,58%	6,05%

(a) Refere-se basicamente a despesa de bônus a funcionários, patrocínios e brindes.

(b) Valor de PDD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos, vencidos a menos de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

(c) Referem-se aos créditos tributários calculados sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias ainda não contabilizados.

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Em 31 de março de 2010 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 3.038 (R\$ 3.637 – 31 de dezembro de 2009 e R\$ 3.557 – 1 de janeiro de 2009) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.941/09 foram registrados nas informações trimestrais da Companhia, quando aplicáveis. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

## 19 Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de março de 2010, encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

(a) Disponibilidades e valores equivalentes

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

(b) Partes relacionadas

Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

(c) Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mantidos até o vencimento, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes passivos são equivalentes aos seus valores contábeis.

(d) Contas a receber

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.

(e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos:

Todas as operações da Companhia e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

A política de matrícula da Companhia para fins de elaboração dessas informações trimestrais está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitarem no curso de seus negócios.

(b) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala de curto prazo. A dívida a taxa de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

(c) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Análise de sensibilidade

De acordo com a deliberação CVM No. 475 de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros derivativos em nota explicativa, a Companhia informa que não opera tais instrumentos, desta forma não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada.

## 20 Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias segurados		
	31/3/2010	31/12/2009	1/1/2009
Responsabilidade Civil dos Diretores	75.000	75.000	
Incêndio de bens do imobilizado	25.000	25.000	31.450
Responsabilidade Civil	5.000	5.000	3.880
Despesa Fixa	5.000	5.000	340
Equipamentos Eletrônicos	400	400	5.530
Queda de aeronave			860
Demais ramos	1.760	1.760	3.058

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

## 21 Compromissos

As empresas controladas possuem diversos contratos de aluguel de suas instalações. Os compromissos futuros relacionados a esses contratos em vigor em 31 de março de 2010, considerando (i) que haverá renovações normais em seus prazos de vencimentos e (ii) levando-se em conta os valores conhecidos naquela data, serão anualmente da ordem de R\$ 94.000 pelos próximos 5 anos.

## 22 Remuneração dos administradores

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2010 e 31 de março de 2009, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 2.850 e R\$ 2.071, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembléias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 23.b).

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária de 13 de junho de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado a 4,15% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa. Tal limite poderá ser elevado até 5%, desde que a Companhia, através de recompras no mercado, tenha adquirido ações de sua própria emissão e cancelado as mesmas em montante igual ou superior ao montante de ações equivalentes ao percentual de 0,85% que poderão ser emitidas em razão do plano de opção de compra de ações.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o Preço de Exercício das opções será de dezesseis reais e

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

cinquenta centavos por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o Preço de Exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

Em 31 de março de 2010 o número de opções outorgadas que tinham sido exercidas era de 31.121 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é 2.446.968 ações.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes, são descritas a seguir:

Data da outorga	Preço spot*	Volatilidade anual	Taxa de juros real	Preço de exercício	Prazo médio (anos)	Dividend Yield
11/7/2008	23,50	57,49%	6,85%	16,50	4,68	0,97%
30/9/2008	14,05	56,00%	8,42%	16,50	4,68	1,62%
2/10/2008	14,60	55,87%	7,66%	16,50	4,68	1,56%
10/11/2008	14,65	64,90%	9,68%	16,50	4,68	1,55%
13/1/2009	13,20	63,99%	6,83%	16,50	4,68	1,72%
10/8/2009	24,05	58,14%	5,77%	16,50	4,68	0,95%
29/9/2009	20,10	56,75%	5,64%	16,50	4,68	1,13%
11/1/2010	24,50	63,15%	6,23%	16,50	4,68	0,93%
1/3/2010	22,50	62,20%	6,21%	16,50	4,68	1,01%

\* preço de mercado nas respectivas datas das outorgas

Em atendimento ao disposto no IFRS 3, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de março de 2010 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, registrando-se o montante de R\$ 1.388 no trimestre findo em 31 de março de 2010.

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 31 de março de 2010.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

## 23 Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada das ações em circulação no período. O cálculo de lucro por ação diluído é calculado incluindo-se as opções de compra de ações de executivos e funcionários-chave usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo. O efeito anti-dilutivo de todas as potenciais ações são ignoradas no cálculo do lucro por ação diluído.

### a) Lucro por ação básico

	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2009</u>
Lucro líquido do período	25.438	29.441
Média ponderada de número de ações em circulação	<u>78.606.480</u>	<u>78.585.066</u>
<b>Lucro líquido por ação básico</b>	<u>0,000323612</u>	<u>0,000374639</u>

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Lucro por ação diluído

	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2009</u>
Lucro líquido do período	25.438	29.441
Média ponderada de número de ações em circulação	78.606.480	78.585.066
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	<u>2.418.847</u>	<u>2.418.847</u>
Média ponderada ajustada de ações em circulação	81.025.327	81.003.913
<b>Lucro líquido por ação diluído</b>	<u><u>0,000313951</u></u>	<u><u>0,000363452</u></u>

## 24. Demonstração do resultado abrangente

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/3/2010</u>	<u>31/3/2009</u>
Lucro líquido do trimestre	25.438	29.441
Variação cambial sobre investimento no exterior	(20)	(173)
Resultado abrangente.	<u><u>25.418</u></u>	<u><u>29.268</u></u>

## 25 Eventos Subsequentes

(a) Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de agosto de 2010 foram aprovadas a distribuição primária e secundária de ações de emissão da Companhia através de uma Oferta Pública de Ações.

Em 8 de outubro de 2010 o processo de Oferta Pública de Ações foi concluído e encerrado. O Preço por Ação e a autorização para a Companhia outorgar a Opção de Lote Suplementar e emitir as Ações do Lote Suplementar foram aprovados em reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 30 de setembro de 2010. Foram ofertadas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame, sendo 32.803.240 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, especificados no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Ações e 3.280.324 Ações do Lote Suplementar ao preço de R\$19,00 por Ação perfazendo o total de R\$ 623.261.

O aumento de capital social da Companhia decorrente do exercício da Opção de Lote Suplementar, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

---

Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações e do seu estatuto social, dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia, foi aprovado em reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 6 de outubro de 2010.

Os Acionistas Vendedores alienaram todas as ações da Companhia que possuíam e não mais detém participação alguma no capital social da Estácio Participações.

(b) Aquisição da Faculdade Atual da Amazonia

Em 18 de outubro de 2010 a controlada IREP adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade Atual da Amazônia – FAA ("FAA").

\* \* \*

---

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

---

---

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

---

## Mensagem da Administração

No primeiro trimestre de 2010, mais de 54 mil novos alunos matricularam-se nos campi e nos pólos de EAD da Estácio. Superando as metas iniciais da Companhia, os cursos de EAD totalizaram 16,4 mil alunos matriculados ao final de março de 2010. Com o crescimento do EAD, após um ciclo de captação particularmente afetado pelo atraso no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a base total de alunos apresentou uma redução de apenas 1,3% em relação o mesmo período de 2009 e encerrou o trimestre com 216,5 mil alunos.

O desempenho do EAD, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, cada vez mais reforça as expectativas da Companhia quanto às perspectivas de crescimento deste segmento para os próximos anos. Em pesquisa realizada na primeira quinzena de abril com mais de 10 mil participantes, 76,2% dos alunos responderam que a abordagem do conteúdo está apropriada e 73,2% que o acompanhamento on-line dos professores atende plenamente à turma. A qualidade é fundamental para o desempenho do EAD e a Estácio busca estar sempre alinhada com as expectativas dos alunos e com as determinações do regulador.

Nos cursos presenciais, o sucesso do lançamento do material didático incluso na mensalidade nos Estados fora do Rio de Janeiro comprova que a estratégia de diferenciação adotada pela Companhia é sólida e contribuirá para o crescimento sustentável do negócio, tanto em relação à satisfação dos alunos quanto em relação à logística adotada para a distribuição. Em pesquisa realizada com mais de 10 mil respondentes, 91,2% dos alunos estão satisfeitos com o formato adotado pela Estácio (escolha de capítulos de livros selecionados de acordo com o novo modelo acadêmico) e a logística obteve 95,3% de entregas perfeitas.

No início de abril deste ano, pela primeira vez, a Estácio pagou remuneração variável aos seus professores e principais gestores com base no resultado da Companhia e no desempenho individual. Cerca de 20% dos 8 mil professores foram beneficiados com o programa de remuneração variável da Estácio, que leva em consideração quatro quesitos: índice de satisfação do aluno, avaliação do coordenador do curso, avaliação do gerente-acadêmico e performance geral da unidade em que o professor dá aula.

Em 19 de abril de 2010, a Companhia aprovou também o pagamento de dividendos aos seus acionistas, pelo terceiro ano consecutivo. Foram R\$30,5 milhões distribuídos, um *pay-out* de 50% do lucro líquido ajustado do exercício.

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

**12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE**

---

A Diretoria Estatutária conta com um novo executivo, o Sr. Fábio Sandri, que assumiu a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores. O Sr. Sandri foi responsável, no último ano, pelas áreas administrativa e financeira da Imbra, empresa do ramo odontológico. E de 2005 a 2008, atuou na Braskem, como Diretor de Estratégia e Participações e posteriormente como Diretor de Controladoria e Risco.

A Estácio tem trabalhado ativamente nos projetos de aquisição anunciados no início deste ano, pois acredita que o modelo acadêmico e a estrutura organizacional e de ensino agora estabelecidos são o alicerce para extrair o máximo de sinergias da consolidação destas aquisições e criação de valor para os acionistas.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

## Indicadores Operacionais

Tabela 1 – Base de Alunos

Em mil	1T09	1T10	Variação
<b>Base de Alunos - Final</b>	<b>219,2</b>	<b>216,5</b>	<b>-1,3%</b>
<b>Presencial</b>	<b>219,2</b>	<b>200,1</b>	<b>-8,8%</b>
Graduação	210,7	190,3	-9,7%
Pós-graduação	8,5	9,7	14,3%
<b>EAD</b>	<b>-</b>	<b>16,4</b>	<b>N.A.</b>
Graduação	-	14,9	N.A.
Pós-graduação	-	1,5	N.A.

Ao final do 1T10, a **base de alunos** totalizou 216,5 mil, uma redução de 1,3% em relação ao 1T09, em razão principalmente da redução na base de alunos de graduação presencial (-8,8%). A **base de EAD** totalizou 16,4 mil alunos ao final do 1T10, um crescimento de 71,1% sobre o 4T09, comprovando que a qualidade do conteúdo e estrutura oferecidas pela Estácio suportam a estratégia de crescimento sustentável neste segmento.

Tabela 2 – Movimentação da Base de Alunos de Graduação Presencial

Em mil	1T09	1T10	Variação
<b>Saldo Inicial de Alunos</b>	<b>206,7</b>	<b>186,9</b>	<b>-9,6%</b>
Formandos	(18,0)	(19,5)	8,1%
<b>Base Renovável</b>	<b>188,7</b>	<b>167,4</b>	<b>-11,3%</b>
Evasão / Não Renovados	(31,0)	(24,4)	-21,6%
<b>Renovação</b>	<b>157,6</b>	<b>143,1</b>	<b>-9,2%</b>
% Renovação sobre Base Renovável	83,5%	85,5%	1,9 p.p.
<b>Captação</b>	<b>53,1</b>	<b>47,3</b>	<b>-11,1%</b>
<b>Saldo Final de Alunos</b>	<b>210,7</b>	<b>190,3</b>	<b>-9,7%</b>

Apesar do ciclo de **captação dos cursos de graduação presencial** no 1T10 ter sido particularmente afetado pelo atraso no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ficando abaixo das expectativas iniciais da Companhia, e apresentado uma redução de 6,1 mil alunos em relação à captação do 1T09, o percentual de **renovação das matrículas** chegou a 85,5% no trimestre, representando uma sensível melhoria em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia continua trabalhando para que as campanhas sobre o **material didático incluso na mensalidade**, que será lançado nacionalmente no segundo semestre deste ano, preparem as bases para o crescimento orgânico sustentável deste segmento.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

## Receita Operacional

Tabela 3 – Composição da Receita Operacional

Em R\$ milhões	1T09	1T10	Variação
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>380,5</b>	<b>365,4</b>	<b>-4,0%</b>
Mensalidades	376,5	362,0	-3,9%
Outras	4,0	3,4	-13,2%
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(115,9)</b>	<b>(109,4)</b>	<b>-5,6%</b>
Gratuidades - bolsas de estudo	(97,9)	(93,7)	-4,3%
Devolução de mensalidades e taxas	(0,8)	(0,6)	-30,1%
Descontos concedidos	(5,9)	(4,3)	-26,4%
Impostos	(11,3)	(10,8)	-4,4%
<i>% Deduções / Receita Operacional Bruta</i>	<i>30,5%</i>	<i>29,9%</i>	<i>-0,5 p.p.</i>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>264,6</b>	<b>256,0</b>	<b>-3,2%</b>

A **receita operacional bruta** totalizou R\$365,4 milhões no 1T10, uma redução de 4,0%, devido principalmente à redução na base de alunos de graduação presencial. O segmento de EAD, que possui uma mensalidade menor em relação aos cursos presenciais, contribuiu com R\$11,9 milhões à receita bruta no trimestre.

No 1T10, as **deduções** representaram 29,9% da receita bruta, contra 30,5% no ano anterior, indicando a manutenção do controle de descontos e bolsas.

Tabela 4 – Cálculo do Ticket Médio – Presencial

Em R\$ milhões*	1T09	1T10	Variação
<b>Receita Bruta Presencial</b>	<b>380,5</b>	<b>353,5</b>	<b>-7,1%</b>
Deduções Presencial	(115,9)	(105,7)	-8,8%
<b>Receita Líquida Presencial</b>	<b>264,6</b>	<b>247,9</b>	<b>-6,3%</b>
Base de Alunos Presencial Final (mil)	219,2	200,1	-8,8%
<b>Ticket Médio Presencial (R\$)</b>	<b>401,6</b>	<b>412,9</b>	<b>2,8%</b>

\* A não ser quando especificado de forma diferente.

No 1T10, o **ticket médio dos alunos presenciais** aumentou 2,8% no período, em função de reajustes de preço ocorridos no período.

Tabela 5 – Cálculo do Ticket Médio – EAD

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Em R\$ milhões*	1T09	1T10	Variação
<b>Receita Bruta EAD</b>	-	<b>11,9</b>	<b>N.A.</b>
Deduções EAD	-	(3,7)	N.A.
<b>Receita Líquida EAD</b>	-	<b>8,2</b>	<b>N.A.</b>
Base de Alunos EAD Final (mil)	-	16,4	N.A.
<b>Ticket Médio EAD (R\$)</b>	-	<b>167,0</b>	<b>N.A.</b>

\* A não ser quando especificado de forma diferente.

## Custos dos Serviços Prestados

Tabela 6 – Composição dos Custos dos Serviços Prestados

Em R\$ milhões	1T09	1T10	Variação
<b>Custos dos Serviços Prestados</b>	<b>(176,3)</b>	<b>(170,0)</b>	<b>-3,6%</b>
Pessoal	(127,5)	(122,8)	-3,7%
Pessoal e encargos	(108,7)	(102,1)	-6,1%
INSS	(18,8)	(20,6)	9,8%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(25,6)	(23,6)	-7,8%
Material didático	-	(2,2)	N.A.
Serviços de terceiros e outros	(13,2)	(12,0)	-9,2%
Custos não recorrentes	(1,0)	(2,3)	126,2%
Depreciação	(8,9)	(7,0)	-21,6%

Obs.: Ao longo de 2009, foram realizados vários estudos com vistas a um melhor planejamento e controle da gestão do custo de pessoal que resultou no ajuste de diretrizes e processos administrativos. Este ajuste teve como consequência a reclassificação de R\$13,8 milhões, que no 1T09 estavam alocados como despesas gerais e administrativas para custos dos serviços prestados.

Tabela 7 – Análise Vertical dos Custos dos Serviços Prestados

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

% em relação à receita operacional líquida	1T09	1T10	Varição
<b>Custos dos Serviços Prestados</b>	<b>66,6%</b>	<b>66,4%</b>	<b>-0,3 p.p.</b>
Pessoal	48,2%	48,0%	-0,2 p.p.
Pessoal e encargos	41,1%	39,9%	-1,2 p.p.
INSS	7,1%	8,1%	1,0 p.p.
Aluguéis, condomínio e IPTU	9,7%	9,2%	-0,5 p.p.
Material didático	0,0%	0,9%	0,9 p.p.
Serviços de terceiros e outros	5,0%	4,7%	-0,3 p.p.
Custos não recorrentes	0,4%	0,9%	0,5 p.p.
Depreciação	3,4%	2,7%	-0,6 p.p.

Os **custos dos serviços prestados** totalizaram R\$170,0 milhões no 1T10, representando 66,4% da receita líquida, praticamente estável em relação aos 66,6% no 1T09. A redução de R\$6,3 milhões em relação ao 1T09 ocorreu principalmente em função da redução de R\$6,6 milhões em **custo docente**, mesmo com o aumento de R\$1,8 milhão em INSS em função da aplicação da alíquota escalonada. A Companhia implantou ferramentas de gestão para o melhor planejamento e controle de um de seus custos mais representativos, o custo docente, e já observou reflexos da melhor gestão neste trimestre.

No trimestre, foram registrados R\$2,2 milhões em **custos não recorrentes**, relacionados a rescisões contratuais de pessoal.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

## Lucro Bruto

Tabela 8 – Demonstração do Lucro Bruto

Em R\$ milhões	1T09	1T10	Variação
Receita operacional líquida	264,6	256,0	-3,2%
Custos dos serviços prestados	(176,3)	(170,0)	-3,6%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>88,254</b>	<b>86,1</b>	<b>-2,5%</b>
(-) Custos não recorrentes	1,0	2,3	126,2%
<b>Lucro Bruto Recorrente</b>	<b>89,3</b>	<b>88,4</b>	<b>-1,0%</b>
<i>Margem Bruta Recorrente</i>	<i>33,7%</i>	<i>34,5%</i>	<i>0,8 p.p.</i>

A redução dos custos dos serviços prestados, a partir principalmente da melhor gestão do custo docente, proporcionou o ganho de 0,8 pontos percentuais de **margem bruta** no 1T10 em comparação ao 1T09.

## Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

Tabela 9 – Composição das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

Em R\$ milhões	1T09	1T10	Variação
<b>Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas</b>	<b>(60,2)</b>	<b>(65,3)</b>	<b>8,4%</b>
Despesas Comerciais	(17,7)	(21,3)	20,3%
PDD	(6,2)	(5,0)	-19,1%
Publicidade	(11,5)	(16,3)	41,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(41,9)	(41,2)	-1,7%
Pessoal	(14,2)	(13,9)	-1,9%
Pessoal e encargos	(12,5)	(11,4)	-8,5%
INSS	(1,7)	(2,5)	45,4%
Outros	(25,8)	(23,9)	-7,4%
Despesas não recorrentes	(1,9)	(3,4)	79,2%
Depreciação	(0,7)	(2,8)	N.A.

Obs.: Ao longo de 2009, foram realizados vários estudos com vistas a um melhor planejamento e controle da gestão do custo de pessoal que resultou no ajuste de diretrizes e processos administrativos. Este ajuste teve como consequência a reclassificação de R\$13,8 milhões, que no 1T09 estavam alocados como despesas gerais e administrativas para custos dos serviços prestados.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**Tabela 10 – Análise Vertical das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas**

% em relação à receita operacional líquida	1T09	1T10	Varição
<b>Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas</b>	<b>22,8%</b>	<b>25,5%</b>	<b>2,7 p.p.</b>
Despesas Comerciais	6,7%	8,3%	1,6 p.p.
PDD	2,4%	2,0%	-0,4 p.p.
Publicidade	4,3%	6,4%	2,0 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	15,8%	16,1%	0,3 p.p.
Pessoal	5,4%	5,4%	0,1 p.p.
Pessoal e encargos	4,7%	4,5%	-0,3 p.p.
INSS	0,7%	1,0%	0,3 p.p.
Outros	9,7%	9,3%	-0,4 p.p.
Despesas não recorrentes	0,7%	1,3%	0,6 p.p.
Depreciação	0,2%	1,1%	0,8 p.p.

As **despesas comerciais** totalizaram R\$21,3 milhões no 1T10, um aumento de 20,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função do aumento nas despesas com publicidade que totalizaram R\$16,3 milhões no trimestre, em função dos esforços para o lançamento do material didático, para tentar incentivar a captação devido aos efeitos do atraso no ENEM e para as campanhas do EAD.

A Estácio manteve o rígido controle na política de renegociação de mensalidades em atraso no 1T10 e a relação PDD com a receita líquida teve uma redução de 0,4 p.p. A Companhia foi capaz de reduzir a PDD sem influenciar a renovação de matrículas que atingiu 85,5% no trimestre.

As **despesas gerais e administrativas** totalizaram R\$41,2 milhões no 1T10, uma redução de 1,7% em comparação ao 1T09, principalmente em função da redução de R\$1,9 milhão nas despesas com outros (principalmente serviços de terceiros).

## EBITDA

**Tabela 11 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)**

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Em R\$ milhões	1T09	1T10	Varição
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>264,6</b>	<b>256,0</b>	<b>-3,2%</b>
<b>Custos dos Serviços Prestados</b>	<b>(176,3)</b>	<b>(170,0)</b>	<b>-3,6%</b>
<b>Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas</b>	<b>(60,2)</b>	<b>(65,3)</b>	<b>8,4%</b>
(-) Depreciação e Amortização	9,6	9,8	2,4%
<b>EBITDA</b>	<b>37,6</b>	<b>30,6</b>	<b>-18,7%</b>
(-) Resultado financeiro operacional	2,6	3,4	31,7%
(-) Custos e despesas não recorrentes	2,9	5,7	95,8%
<b>EBITDA recorrente</b>	<b>43,1</b>	<b>39,6</b>	<b>-7,9%</b>
<i>Margem EBITDA recorrente</i>	<i>16,3%</i>	<i>15,5%</i>	<i>-0,8 p.p.</i>

A queda na receita líquida aliada ao aumento nas despesas comerciais, gerais e administrativas, no 1T10 em comparação ao mesmo período do ano anterior, influenciou o desempenho do **EBITDA recorrente** que apresentou uma redução de -7,9% em relação ao ano anterior, atingindo uma **margem EBITDA** de 15,5%.

## Resultado Financeiro

Tabela 12 – Composição do Resultado Financeiro

Em R\$ milhões	1T09	1T10	Varição
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>3,6</b>	<b>2,9</b>	<b>-20,3%</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>9,0</b>	<b>7,2</b>	<b>-20,1%</b>
Juros e aplicações financeiras	6,4	3,8	-40,7%
Resultado financeiro operacional	2,6	3,4	31,7%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(5,4)</b>	<b>(4,3)</b>	<b>-19,9%</b>

O **resultado financeiro** teve uma redução de R\$0,7 milhão no 1T10 em comparação ao 1T09, devido principalmente à redução de R\$1,8 milhão nas **receitas financeiras**, principalmente em função do menor montante de caixa aplicado.

## Lucro Líquido

Tabela 13 – Demonstração do Lucro Líquido a partir do EBITDA

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Em R\$ milhões	1T09	1T10	Variação
<b>EBITDA</b>	<b>37,6</b>	<b>30,6</b>	<b>-18,7%</b>
Resultado financeiro	3,6	2,9	-20,3%
Depreciação e amortização	(9,6)	(9,8)	2,4%
Contribuição social	(0,5)	(0,2)	-67,8%
Imposto de renda	(1,4)	(0,5)	-67,8%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>29,8</b>	<b>23,1</b>	<b>-22,5%</b>
(-) Custos e despesas não recorrentes	2,9	5,7	95,8%
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>32,7</b>	<b>28,8</b>	<b>-12,0%</b>

## Capitalização e Caixa

Tabela 14 – Capitalização e Caixa

Em R\$ milhões	1T09	1T10	Variação
Patrimônio líquido	451,8	483,0	6,9%
Empréstimos e financiamentos	9,7	4,4	-54,5%
Curto prazo	5,8	4,2	-26,9%
Longo prazo	3,9	0,2	-95,4%
Caixa e equivalentes	251,9	224,5	-10,9%
<b>Caixa Líquido</b>	<b>242,2</b>	<b>220,1</b>	<b>-9,1%</b>

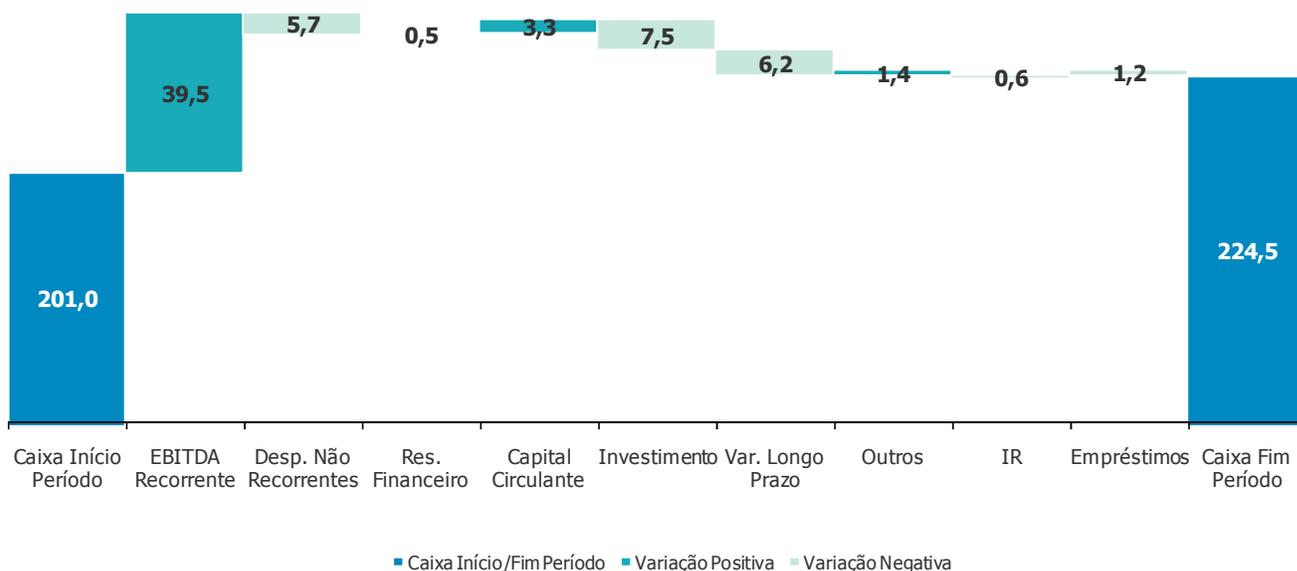
Ao final do 1T10, o **caixa líquido** totalizava R\$220,1 milhões, aplicados conservadoramente em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha. O **endividamento** de R\$4,4 milhões no 1T10 corresponde à capitalização das despesas de *leasing* com equipamentos em cumprimento à Lei 11.638.

## Fluxo de Caixa

Gráfico 1 – Fluxo de Caixa (R\$ milhões)

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

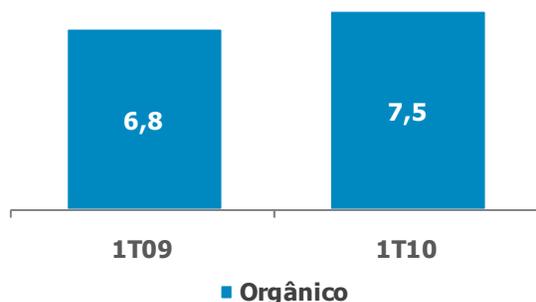
12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



## Investimentos (CAPEX)

No 1T10, o **CAPEX orgânico** da Estácio representou 2,9% da receita líquida, contra 2,6% no 1T09. Do CAPEX de R\$7,5 milhões no trimestre, 60,5% foi destinado a projetos de reestruturação e expansão, incluindo o novo modelo de ensino, e o restante está relacionado a investimentos operacionais correntes de manutenção.

Gráfico 2 – Composição do CAPEX (R\$ milhões)



02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

A tabela abaixo contém informações sobre a quantidade de ações de emissão da Companhia, detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, membros de Acordo de Acionistas, por Administradores da Companhia, além de ações que estão em circulação (Outros Acionistas).

31/03/2010

Acionistas	ON	%	Total	%
Uchôa Cavalcanti Participações S.A.*	28.702.835	36,5%	28.702.835	36,5%
Moena Participações S.A.*	15.717.013	20,0%	15.717.013	20,0%
Jade Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.*	4.100.405	5,2%	4.100.405	5,2%
Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti*	4.442.521	5,7%	4.442.521	5,7%
André Cleófas Uchoa Cavalcanti*	4.424.321	5,6%	4.424.321	5,6%
Administradores e Conselheiros	48.007	0,1%	48.007	0,1%
Conselho de Administração	48.007	0,1%	48.007	0,1%
Diretores	0	0,0%	0	0,0%
Conselho Fiscal	0	0,0%	0	0,0%
Ações em Tesouraria	0	0,0%	0	0,0%
Outros Acionistas	21.182.085	26,9%	21.182.085	26,9%
<b>Total</b>	<b>78.617.187</b>	<b>100,0%</b>	<b>78.617.187</b>	<b>100,0%</b>
<b>Ações em Circulação**</b>	<b>21.182.085</b>	<b>26,9%</b>	<b>21.182.085</b>	<b>26,9%</b>

\* Membros do Acordo de Acionistas.

\*\* Total de Ações – Controladores membros do Acordo de Acionistas – Conselho de Administração – Diretores.

31/03/2009

Acionistas	ON	%	Total	%
Uchôa Cavalcanti Participações S. A.*	41.004.050	52,2%	41.004.050	52,2%
Moena Participações S.A.*	15.717.013	20,0%	15.717.013	20,0%
Marcel Cleófas Uchoa Cavalcanti*	692.566	0,9%	692.566	0,9%
André Cleófas Uchoa Cavalcanti*	674.366	0,9%	674.366	0,9%
Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos*	666.666	0,8%	666.666	0,8%
Administradores e Conselheiros	51.951	0,1%	51.951	0,1%
Conselho de Administração	50.007	0,1%	50.007	0,1%
Diretores	1.944	0,0%	1.944	0,0%
Conselho Fiscal	0	0,0%	0	0,0%
Ações em Tesouraria	0	0,0%	0	0,0%
Outros Acionistas	19.778.454	25,2%	19.778.454	25,2%
<b>Total</b>	<b>78.585.066</b>	<b>100,0%</b>	<b>78.585.066</b>	<b>100,0%</b>
<b>Ações em Circulação**</b>	<b>19.778.454</b>	<b>25,2%</b>	<b>19.778.454</b>	<b>25,2%</b>

\* Membros do Acordo de Acionistas.

\*\* Total de Ações – Controladores membros do Acordo de Acionistas – Conselho de Administração – Diretores.

02101-6 ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. 08.807.432/0001-10

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 358/2002, que dispõe sobre a necessidade de informar a posição acionária por espécie e classe de todo acionista que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do capital social da Companhia, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física, apresentamos suas composições a seguir:

Composição Acionária da Uchôa Cavalcanti Participações S.A.

31/03/2010

Acionistas	ON	%	Total	%
João Uchôa Cavalcanti Netto	10.499.997	100,0%	10.499.997	100,0%
Cleofás Ismael de Medeiros Uchôa	1	0,0%	1	0,0%
João Batista de Carvalho Athayde	1	0,0%	1	0,0%
Alcyr Cabral Simões	1	0,0%	1	0,0%
<b>Total</b>	<b>10.500.000</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.500.000</b>	<b>100,0%</b>

Composição Acionária da Jade Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.

31/03/2010

Acionistas	ON	%	Total	%
Monique Uchôa Cavalcanti de Vasconcelos	1.000	100,0%	1.000	100,0%
<b>Total</b>	<b>1.000</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.000</b>	<b>100,0%</b>

Composição Acionária da Moena Participações S.A.

31/03/2010

Acionistas	ON	%	Total	%
Private Equity Partners C, LLC	126.099.149	97,3%	126.099.149	97,3%
Antonio C. A. R. Bonchristiano	1	0,0%	1	0,0%
Eduardo Alcalay	1	0,0%	1	0,0%
Danilo Gamboa	1	0,0%	1	0,0%
GPCP4 - Fundo de Inv. em Participações	3.519.879	2,7%	3.519.879	2,7%
<b>Total</b>	<b>129.619.031</b>	<b>100,0%</b>	<b>129.619.031</b>	<b>100,0%</b>

A Moena é controlada diretamente pela Private Equity Partners C, LLC, sociedade devidamente constituída sob as leis de Delaware, Estados Unidos da América. Private Equity Partners C, LLC é detida pela Private Equity Partners C (Cayman), Ltd, sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Cayman que, por sua vez, é sociedade controlada por GP Capital Partners IV, L.P. fundo de investimento devidamente constituído sob leis das Ilhas Cayman.

O GPCPIV é um fundo que tem como finalidade realizar investimentos de private equity, ou relacionados a private equity, em empresas localizadas no Brasil ou com atividade comercial expressiva no Brasil e, em menor extensão, em outros países da América Latina, buscando o controle ou o controle compartilhado, ou uma participação minoritária influente nas empresas-alvo.

O GPCPIV é gerido pela GP Investments IV, Ltd. ("general partner"), subsidiária integral da GP Investments, Ltd., companhia aberta com sede nas Bermudas ("GP"). O general partner atua em sua administração (conforme os termos do Partnership Agreement firmado entre o general partner e os demais investidores do fundo, os "Limited Partners"), possuindo total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo. Os Limited Partners incluem, resumidamente, instituições de fomento internacionais, fundos de universidades, hedge funds, fundações familiares e investidores particulares.

---

02101-6	ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	08.807.432/0001-10
---------	----------------------------	--------------------

---

---

**20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**

---

A GP, além de controlar o general partner do GPCPIV, investe também no Fundo através da GP Private Equity, Ltd., sua subsidiária integral. A GP, como investidora indireta, detém cerca de 30,70% do total de ações emitidas pela Companhia e é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas que, por sua vez, não possui nenhum indivíduo cuja participação indireta na companhia seja igual ou superior a 5%.

**Cláusula Compromissória**

Conforme Capítulo XI, artigo 45, de seu Estatuto Social, a Estácio Participações, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado da Bovespa, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado da Bovespa.

02101-6

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

08.807.432/0001-10

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

## **Relatório de revisão dos auditores independentes**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

**Estácio Participações S.A.**

Rio de Janeiro – RJ

Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas – ITR da Estácio Participações S.A. e empresas controladas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendendo o balanço patrimonial consolidado, as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais consolidadas; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

Com base em nossa revisão não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas acima referidas, para que estas estejam de acordo com o padrão contábil internacional, aplicável a preparação de Relatórios Financeiros Intermediários ("IAS 34") emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2010.

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Fernando Alberto S. de Magalhães  
Contador CRC - 1SP 133.169/O-0 - S - RJ

Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02101-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.	3 - CNPJ 08.807.432/0001-10
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	4
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	5
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	7
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	8
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	10
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 31/03/2010	11
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	12
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	77
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	88
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	91